

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RENAN SANTOS AZAMBUJA

ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA PECLD:
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS

DOURADOS/MS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RENAN SANTOS AZAMBUJA

ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA PECLD:
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Graduação II.

Orientador:
Professora Me Cristiane Mallmann Huppes

Banca Examinadora:
Professor Me. Rafael Martins Noriller
Professor Me. Thiago Bruno de Jesus Silva

Dourados/MS

2018

ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA PECLD: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS

RENAN SANTOS AZAMBUJA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente

Professora: Me. Cristiane Mallmann Huppés

Avaliador

Professor: Me. Rafael Martins Noriller

Avaliador

Professor: Me. Thiago Bruno de Jesus Silva

**A Deus, porque Dele, por Ele, e para
Ele são todas as coisas.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, pois sem Ele não estaria aqui e nada neste trabalho poderia ter sido realizado. À minha família que sempre me deu todo o suporte e ensinamento necessário para viver de maneira íntegra e correta. À minha mãe que sempre esteve ao meu lado e com muito amor me incentivou. Ao meu pai, por todo companherismo e ensinamentos proporcionados. Aos meus irmãos, pelo presente que são em minha vida.

À minha orientadora Prof. Me. Cristiane Mallmann Huppés pela paciência e determinação, que muito me incentivou e não me deixou desistir e Prof. Me. Rafael Martins Noriller, na orientação e apoio na análise dos resultados. Aos professores do curso, os quais proporcionaram ensinamentos que serão levados por toda a minha vida.

Aos meus colegas e amigos, pelos momentos que às vezes foram dolorosos, mas muito gratificantes, os quais juntos pudemos enfrentar, incentivar uns aos outros e sair vitoriosos.

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade estudar a constituição da Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) que é concebida a fim de mensurar a probabilidade do não recebimento de contas a receber e que é inerente ao ramo de atividade das Instituições Financeiras (IFs), uma vez que a mensuração desta é obrigatória no momento da contratação e condução de uma operação de crédito. A Resolução Bacen n.2.862 de 1999 estabelece que o volume de PECLD seja definido de acordo com o risco associado à operação, podendo este ser agravado caso ocorra inadimplência e atraso da operação. O Referencial Teórico discorreu sobre risco de crédito, estrutura do sistema financeiro nacional, instrumentos de análise contábil e estatística, que serviram como subsídio para análise do problema de pesquisa que questiona: “fatores macroeconômicos como a inflação, a taxa de mortalidade das empresas e a taxa de desemprego explicam as variações da PECLD no lucro das IFs do Brasil no período de 2010 a 2016?”. A análise da influência dos fatores macroeconômicos na PECLD foi prejudicada uma vez que os métodos e a amostra utilizados não proporcionaram respostas estatisticamente válidas e significantes. Porém, verificou-se que a variação percentual da receita está fortemente relacionada com a variação percentual da PECLD e que a variação percentual da Carteira de Crédito não possui relação significativa com as variações da PECLD.

Palavras Chave: PECLD, Risco de Crédito, Sistema Financeiro Nacional.

ABSTRACT

This paper aims to study the constitution of the Allowance for Loan Losses that is constituted in order to measure the probability of not receiving accounts receivable and which is inherent to the branch of activity of Financial Institutions, since the measurement of this is compulsory at the time of hiring and conducting a credit operation. Bacen Resolution No. 2662 of 1999 establishes that the volume of allowance for loan losses should be defined according to the risk associated with the operation, which may be aggravated if there is a default and a delay in the operation. The Theoretical Framework discussed credit risk, structure of the national financial system, accounting and statistical analysis instruments. That served as a subsidy for the analysis of the research problem: “macroeconomic factors such as inflation, corporate mortality rate and unemployment rate explain the variations in allowance for loan losses in the Brazilian financial institutions net income in the period from 2010 to 2016?”. The analysis of the influence of macroeconomic factors on the Allowance for Loan Losses was impaired since the methods and sample used did not provide statistically valid and significant answers. However, it was verified that the percentage change in revenue is strongly related to the percentage variation of the Allowance for Loan Losses and that the percentage variation of the Loan Portfolio does not have a significant relation with the variations of the Allowance for Loan Losses.

Keywords: Allowance for Loan Losses; Credit Risk; National Financial System.

SUMÁRIO

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	13
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 REVISÃO TEÓRICA	16
2.1 A CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	16
2.2 ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	19
2.3 RISCO DE CRÉDITO	21
2.4 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PECLD)	22
2.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	24
2.5.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ	24
2.5.2 ÍNDICES DE RENTABILIDADE E SPREAD.....	25
2.5.3 ÍNDICES DE CAPITAL E RISCO	26
3 METODOLOGIA	27
3.1 PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	27
3.2 PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	27
3.3 PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	28
3.4 OBJETO DE ESTUDO	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
4.1 PECLD DRE, RECEITA E LUCRO.....	31
4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	40
4.3 ANÁLISE ECONOMETRICA.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Receita de Intermediação Financeira Banco do Brasil, Brades e Itaú (em milhares).....	31
Figura 2: Receita de Intermediação Financeira Demais Bancos (em milhares)	32
Figura 3 Evolução da PECLD DRE – Banco do Brasil, Bradesco e Itaú (em milhares).....	32
Figura 4: Evolução da PECLD DRE – Demais Bancos (em milhares).	33
Figura 5: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Banco do Brasil.....	34
Figura 6: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Banco Bradesco	34
Figura 7: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Itaú.....	35
Figura 8: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Banrisul.....	35
Figura 9: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Indusval	36
Figura 10: Dispersão – Receita x PECLD DRE – ABC Brasil.....	36
Figura 11: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Pan	37
Figura 12: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Pine	37
Figura 13: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Parana	38
Figura 14: PECLD e LUCRO – BB (em milhares)	38
Figura 15: PECLD x LL – Banco Indusval (em milhares).	39
Figura 16: PECLD BP x PECLD DRE	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de Provisionamento em função do nível de risco e dias em atraso.....	23
Tabela 2: Estatística Descritiva (milhares de reais).....	41
Tabela 3: Análise da regressão (Painel Contemporâneo).....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura de Codificação do Plano de Contas.....	17
Quadro 2 – Contabilização de uma operação de crédito em uma IF.	18
Quadro 3 – Contabilização dos Movimentos de PECLD em uma Operação de Crédito.....	18
Quadro 4 - História do SFN no Brasil.	19
Quadro 5 - Composição e Segmentos do Sistema Financeiro Nacional.....	20
Quadro 6 - Instituições Financeiras Bancárias.	20
Quadro 7 - Instituições Financeiras Não Bancárias.....	21
Quadro 8 - Os ‘Cs’ do Crédito	22
Quadro 9 - Critérios Para Classificação do Nível de Risco de uma Operação de Crédito.....	23
Quadro 10 - Índices de Liquidez e Solvência	24
Quadro 11 - Índices de Rentabilidade	25
Quadro 12 - Índices de Rentabilidade e <i>Spread</i>	25
Quadro 13 - Índices de Capital e Risco	26
Quadro 14 – Bancos selecionados para análise.	28

1 INTRODUÇÃO

As Instituições Financeiras (IFs) desempenham papel primordial no mercado, tendo como principal objetivo realizar a intermediação no sistema financeiro, que transfere recursos dos agentes superavitários para os agentes deficitários. Ou seja, elas captam recursos dos poupadores para então, transferi-los para aqueles que demandam por estes recursos e que estão dispostos a pagar determinada taxa de juros obtendo assim, por meio da intermediação o *spread* bancário (ARONOVICH, 1994; MOREIRA, 2006).

Goulart (2003) afirma que as IFs estão expostas à vários riscos como: de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e imagem. Estes riscos podem gerar para as instituições perdas financeiras, instabilidade patrimonial e até mesmo levá-las a falência. Toda operação de crédito possui determinado risco que necessita ser mensurado e quantificado. Este risco determina o valor da constituição das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), exigibilidade legal que prevê que se reserve determinado valor em uma operação de crédito, capaz de evidenciar a probabilidade do não recebimento desses direitos e que seja suficientemente necessária para cobrir perdas desses valores (GOULART, 2003; NIYAMA, 2010).

De acordo com Silveira (2010), a PECLD pode ser entendida como a possibilidade de perda em uma carteira de crédito, ou seja, é compreendida como a chance de um tomador de crédito não honrar seus compromissos financeiros junto à IFs nos prazos acordados. O Banco Central do Brasil (BACEN) publicou em 1999, a Resolução N°2682 que dispõe sobre regras para a constituição da PECLD e que apresentam critérios para a classificação do risco das operações de crédito nas IFs. Critérios estes que possibilitam a classificação das operações de crédito em vários níveis de riscos, os quais determinarão qual o valor a ser provisionado na operação de crédito.

Esses níveis de risco são estabelecidos no momento da concessão do crédito e podem ser agravados (maior volume de provisionamento) quando o pagamento não é efetuado na data prevista. Sendo que o volume a ser provisionado é diretamente proporcional aos dias em atraso de uma operação (BACEN, 1999).

Conforme Brito *et al* (2009), a inadimplência tem se tornado um grande desafio a ser vencido pelo mercado. O risco de crédito, pode ser entendido como a probabilidade de não receber os recursos esperados na data pré-determinada em uma negociação. Da Silva (2017) afirma que a PECLD está relacionada à alguns índices macroeconômicos como PIB, inflação e taxa de desemprego.

Sendo assim, nota-se a importância e incentivo do estudo através de análises capazes de demonstrar a parcela do lucro das IFs que é perdida devido a estes provisionamentos, o que faz necessário então, mensurar e relacionar quanto a PECLD tem reduzido o Resultado Contábil das IFs.

Nota-se então, a relevância da contabilidade para as IFs, pois as informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras, que serão disponibilizadas para os mais diversos usuários, irão apresentar a qualidade da carteira de crédito da instituição, o que pode agregar valor à imagem e atrair maior número de investidores. (BRITO *et al*, 2009).

Conforme Brito *et al* (2009), as IFs aprimoraram a forma de definir e gerenciar o risco de crédito. Este risco representa a possibilidade de um tomador de crédito não efetuar os pagamentos acordados, consequentemente ocasionando em perdas para o credor. Sistemas de avaliação e classificação de risco são utilizados pelas instituições financeiras para caracterizar e classificar sua carteira de clientes. Criando direcionadores para vinculação de determinadas garantias, prazos e volume de negócios que podem ser realizados com determinado cliente (BRITO *et al*, 2009).

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Um problema de pesquisa caracteriza-se por um assunto ainda não esgotado, o qual ainda não teve todas as suas indagações totalmente respondidas. Um problema possui natureza científica quando suas hipóteses podem ser comprovadas de maneira empírica (GIL, 2010).

Nesse sentido, esse trabalho aplica-se em responder o seguinte questionamento: **Quais fatores macroeconômicos como a inflação, a taxa de mortalidade das empresas e a taxa de desemprego explicam as variações da PECLD nas IFs do Brasil no período de 2010 a 2016?**

1.2 OBJETIVOS

Gil (2010), enfatiza que a definição de objetivos em uma pesquisa é fundamental para seu desenvolvimento, operacionalização e esclarecimento a respeito dos resultados esperados. Os objetivos apresentam os passos a serem efetuados para obter respostas do problema de pesquisa

Sendo o objetivo geral relacionado a uma ótica abrangente e global do tema abordado, enquanto que os objetivos específicos possuem caráter mais concretos, o que

possibilita que o objetivo geral seja atingido e aplica-lo a situações particulares (PRODANOV e FREITAS, 2013).

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores determinantes da PECLD nas Instituições Financeiras Brasileiras.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever aspectos da estrutura do SFN, da Contabilidade nas IFs do Brasil e PECLD;

- Comparar as despesas com PECLD nas maiores IFs do Brasil no período de 2010 a 2016;

- Relacionar o aumento na inadimplência com a redução dos lucros nas IFs através da correlação e análise das demonstrações contábeis;

- Investigar a relação entre os fatores macroeconômicos: Taxa de Desemprego, Inflação e Taxa de Mortalidade de Empresas, e as variações da PECLD.

1.3 JUSTIFICATIVA

A justificativa aplica-se para responder o “por quê” de se realizar a pesquisa. Logo, “consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornem importante a realização da pesquisa” (LAKATOS e MARCONI, 2010, p.202).

Niyama (2010), afirma que em qualquer instituição, a mensuração da possibilidade de uma perda em uma operação de crédito precisa ser mensurada, constituindo assim a PECLD, a qual apresenta especificidades para as IFs. Logo, nota-se que é de fundamental importância a gestão e análise dessas informações contábeis para subsídio à tomada de decisões dos diversos tipos de usuários da contabilidade (MARION, 2009).

Para Silva (2017, p. 22-23) é necessário avaliar como “fatores econômicos do país, em especial a manutenção da taxa Selic Meta, impactam no risco de crédito das instituições financeiras que atuam no Brasil”. Sendo objetivo de sua pesquisa, “demonstrar a relação entre fatores macroeconômicos do país [...] com a evolução da PECLD nas IFs, e os impactos no risco de crédito”. Segundo De Nez *et al* (2017, p.64)

“há evidências da prática da gestão de gerenciamento de resultados a partir da utilização da PECLD”.

Goulart (2003, p.12) afirma que ‘alguns organismos internacionais têm destacado a importância de que as IFs aprimorem a divulgação de informações qualitativas e quantitativas relacionadas aos riscos inerentes às atividades bancárias. Martins (2007, p.14) procura “avaliar a eficácia dos indicadores econômicos e financeiros adaptados à análise de balanços de IFs do SFN sob inflação e verificar o tratamento que lhes pode ser dado para obtenção de interpretações mais eficientes”.

Portanto, a mensuração da PECLD e seus principais propulsores possibilita aos diversos usuários da contabilidade das IFs, a evidenciação do risco e da qualidade de uma carteira de crédito. Sendo assim, nota-se a relevância de que as análises financeiras apresentem informações relevantes e coerentes, a fim de que seja possível compreender e analisar o quanto fatores macroeconômicos influenciam nos riscos em uma carteira de crédito e o quanto as variações destes riscos podem reduzir os lucros das IFs.

2 REVISÃO TEÓRICA

Levantamento de fonte teóricas a fim de fundamentar e contextualizar a pesquisa. Desenvolvimento de caráter interpretativo das informações obtidas (LAKATOS e MARCONI, 2010). Gil (2010, p.171) afirma que a revisão de literatura destina-se a “contextualizar teoricamente o problema e apresentar o estágio atual de conhecimento acerca da questão” e que “isto implica o esclarecimento dos pressupostos teóricos que dão fundamentação a pesquisa”.

2.1 A CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A contabilidade no Brasil, teve seu início na época do Brasil colonial, tendo em vista a necessidade da realização de controle contábeis no desenvolvimento das primeiras alfandegas a partir de 1530 (SILVA *et al*, 2007). A contabilidade tem como objeto de seu estudo o Patrimônio das Entidades (CFC,2011).

De acordo com Marion (2009) e Iudicibus *et al* (2010), pode-se entender que a contabilidade tem como principal objetivo fornecer informações úteis para a tomada de decisões de diversos usuários, sejam eles internos ou externos. Logo, a contabilidade é capaz de fornecer subsídios que orientam as escolhas dos gestores, acionistas, governo, fornecedores, clientes e demais usuários da contabilidade (GOULART, 2007).

De acordo com Silva (2013), a contabilidade é responsável pela coleta e captação dos fatos econômicos que afetam o patrimônio da entidade, para depois apresentá-los e em seguida interpretá-los. Sendo assim, percebe-se a relevância da função contábil como uma ferramenta para subsidiar a tomada de decisões em uma organização.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), estabelecem princípios fundamentais que devem ser seguidos pela contabilidade, sendo o princípio da prudência um deles. Tal princípio está estritamente relacionado a constituição da PECLD. Pois define que sejam assumidos os menores valores para componentes do ativo e dos maiores para o passivo, sempre possível escolher entre duas perspectivas igualmente validas, escolha que resultará no menor valor possível para o patrimônio (RESOLUÇÃO CFC N° 774/94).

Martins (2007), afirma que as normas gerais de contabilidade aplicada as IFs são normatizadas pela Lei 6.404/74, podendo o Bacen implantar normas específicas, em conformidade com orientações do Conselho Monetário Nacional. O Bacen apresenta as normas específicas através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Martins (2007. p. 53), esclarece que as IFs devem, compulsoriamente, de acordo a Lei 6.404/74 e COSIF, assim proceder:

- Adotar métodos e critérios uniformes no tempo e evidenciar as modificações relevantes em notas explicativas, quantificando os efeitos nas demonstrações financeiras;
- Registrar as receitas e as despesas no período em que elas ocorrem, ao regime de competência; e
- Fazer a apropriação mensal das rendas, ganhos lucros, despesas perdas e prejuízos, independentemente da apuração do resultado a cada seis meses;
- Apurar os resultados em períodos fixos de tempo, observando os períodos de 1º de Janeiro a 30 de Junho e 1º de Julho a 31 de Dezembro.

A Contabilidade Bancária brasileira é norteada pelo COSIF, que foi criado em 29 de dezembro de 1987 pela Circular 1.273 pelo BACEN. Sendo um dos seus objetivos estabelecer um plano de contas que deveria ser seguido pelas instituições financeiras atuantes no Brasil. A fim de proporcionar padronização da contabilidade, plano de contas, regras, critérios e metodologias pelas quais devem ser registrados os atos e fatos contábeis. Além de orientar a maneira pela qual devem ser elaborados os relatórios financeiros, para que as demonstrações contábeis das instituições à representem com fidedignidade e clareza (Circ. BACEN de 1.273/87)

De acordo com o Plano de Contas instituído pelo COSIF, a codificação das contas deve estar disposta conforme a estrutura abaixo:

DÍGITO	CLASSIFICAÇÃO
1º	Grupos
2º	Subgrupos
3º	Desdobramentos dos Subgrupos
4º e 5º	Títulos Contábeis
6º e 7º	Subtítulos Contábeis
8º	Controle (Digito Verificador)

Quadro 1 – Estrutura de Codificação do Plano de Contas

Fonte: Adaptado de Circular 1.273/87

A classificação das contas de acordo com o COSIF deve ser realizada conforme o grau de liquidez. As IFs devem seguir o plano de contas dispostos pelo COSIF através da Circ. 1273 de 1987, sendo que a classificação das contas deve ser realizada em ordem decrescente de liquidez.

De acordo com o COSIF as demonstrações contábeis possuem o pressuposto básico de disponibilizar aos usuários um elenco de informações, que obedecendo as normas da contabilidade, proporcionem harmonia e uniformidade na obtenção e divulgação das informações econômico-financeiras tempestivas.

O COSIF exige que a escrituração seja completa e fidedigna, as IFs devem estar atentas na elaboração das demonstrações para que elas transmitam informações verídicas e tempestivas a fim de evitar multas e outras penalidades em razão do não cumprimento das exigibilidades impostas (MOREIRA, 2006).

As IFs têm o objetivo de realizar a intermediação financeira entre os usuários, sendo que parcela significativa dos seus resultados advém das operações de crédito. De acordo com o COSIF elas podem ser divididas em empréstimos (operações sem destinação específica ou vínculo de comprovação de aplicação dos recursos), financiamentos (operações que possuem destinação específica e exige comprovação da aplicação dos recursos em determinado fim) e desconto de títulos.

Nyama (2010), afirma que as operações de crédito, são na maioria das vezes, as principais fontes de receita para as IFs. O quadro abaixo mostra como devem ser contabilizadas essas operações.

OPERAÇÃO	PARTIDA DOBRADA
Na Liberação do Empréstimo	D – Empréstimos (Direito – Ativo) C – Depósitos de Pessoas Físicas/Jurídica (Obrigação – Passivo)
Na Liquidação do Empréstimo	D – Depósitos de Pessoas Físicas/Jurídicas (Obrigação – Passivo) C – Empréstimos (Direito – Ativo)
Para Apropriação de Encargos	D – Empréstimos (Direito – Ativo) C – Rendas de Empréstimos (receita – Resultado)

Quadro 2 – Contabilização de uma operação de crédito em uma IF.

Fonte: Adaptado de Nyama (2010).

As contas movimentadas na liberação e liquidação dos empréstimos movimentam o patrimônio, que diz respeito ao direito de receber e disponibilidade do recurso para o tomador do empréstimo, havendo um movimento ao contrário na hora da liquidação. No que diz respeito ao resultado, tem-se a apropriação dos encargos, o que, não necessariamente movimenta o caixa, porém, gera um aumento do PL pela apropriação da receita.

MOVIMENTO DE PECLD	PARTIDA DOBRADA
Na Liberação do Empréstimo	D – Despesa de PECLD (Despesa – Resultado) C – PECLD (Obrigação – Redutora do Ativo)
Na Liquidação do Empréstimo	D – PECLD (Obrigação – Redutora do Ativo) C – Reversão de PECLD (Receita – Resultado)
Havendo Piora de Risco	D – Despesa de PECLD (Despesa – Resultado) C – PECLD (Obrigação – Redutora do Ativo)
Havendo Melhora de Risco	D – PECLD (Obrigação – Redutora do Ativo) C – Reversão de PECLD (Receitas – Resultado)

Quadro 3 – Contabilização dos Movimentos de PECLD em uma Operação de Crédito

Fonte: Adaptado de Niyama (2010).

Nota-se que a PECLD também altera o PL, no que se refere a uma despesa

acerca de uma possível perda. No momento da liberação da operação de crédito ocorre um movimento de PECLD baseado no risco calculado da operação. Risco este que pode ser alterado no decorrer da operação, podendo gerar o aumento das despesas com PECLD caso seja agravado em decorrência de atrasos no pagamento.

2.2 ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Moreira (2006) afirma que sem um sistema financeiro bem estruturado, não é possível o desenvolvimento de um país. As instituições financeiras são responsáveis pela intermediação financeira e transferência de recursos entre aqueles que necessitam de recursos (agentes deficitários) e aqueles que poupam (agentes superavitários). Captando os recursos à uma taxa de captação e emprestando-os à uma taxa de aplicação, obtendo através da diferença entre essas taxas um ganho denominado *spread* bancário.

Moreira (2006) também afirma que no Brasil, a primeira autoridade monetária somente foi constituída em 1964, porém é possível notar três estágios distintos do sistema financeiro, sendo eles:

ESTÁGIO	PERÍODO	FATOS
Primeiro Estágio	1808 - 1914	Instalação do Banco do Brasil que também atuava como Banco Central (1808); Banco do Brasil é dissolvido a fim de reduzir as despesas do Estado (1829); Criação do novo Banco do Brasil através da fusão com o Banco Comercial do rio de Janeiro (1853); Surge o atual Banco do Brasil (1906);
Segundo Estágio	1914 – 1945	Bancos se desenvolvem com relativa segurança e davam sustentação às mudanças na estrutura produtiva do país. O Banco do Brasil desenvolve suas funções de Banco Comercial;
Terceiro Estágio	1945 – 1964	É criado o SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), período no qual o sistema financeiro passou a ser organizado por quatro organismos: Conselho Superior do SUMOC, SUMOC, Banco do Brasil e Tesouro Nacional.

Quadro 4 - História do SFN no Brasil.

Fonte: Adaptado de Moreira (2006).

O SFN divide-se em subsistema normativo, composto por órgãos normativos e supervisores tais como: Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e também pelos agentes operadores, tais como: Instituições Financeiras, Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, sociedades Seguradoras, entre outros. (MOREIRA, 2006).

	Moeda, Crédito, Capitais e Câmbio		Seguros Privados	Previdência Fechada
Órgãos Normativos	CMN - Conselho Monetário Nacional		CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados	Conselho Nacional de Previdência Complementar
Órgãos Supervisores	Banco Central Do Brasil	Comissão de Valores Mobiliários	Superintendência de Seguros Privados	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Órgãos Operadores	Bancos e Caixas Econômicas	Administradores de Consócio	Bolsa de Valores	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
	Cooperativas de crédito	Corretoras e Distribuidoras	Bolsa de Mercadoria e Futuros	
	Instituições de Pagamento	Demais Instituições Não Bancárias	Sociedade de Capitalização	

Quadro 5 - Composição e Segmentos do Sistema Financeiro Nacional

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil.

Conforme dispõe o Art. 3º a Lei 4.595/64 são atribuições e objetivos da política do Conselho Monetário Nacional ajustar o valor interno e externo da moeda, propiciar que as IFs se aperfeiçoem a fim de possibilitar maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos, coordenar as políticas monetária, creditícia entre outras. Além de exercer o controle do crédito sob todas as suas formas e exercer a fiscalização da IFs.

Martins (2007) afirma que as IFs têm o papel de canalizar as poupanças dos indivíduos para empréstimos ou investimentos. Moreira (2006) apresenta que as IFs podem ser caracterizadas conforme apresentado abaixo:

Instituição Financeiras Bancárias (Monetárias) – são caracterizadas por aceitar depósito à vista e, conseqüentemente, multiplicarem a moeda. Seus segmentos e definições estão dispostas no quadro abaixo:

IF BANCÁRIA	DEFINIÇÃO
Bancos Comerciais	De maneira geral, são instituições especializadas em operações de curto e médio prazo, obtendo suas receitas através das operações de crédito e prestações de serviços, tais como seguros, previdências, entre outros.
Cooperativas de Crédito	São compostas através da sociedade de pessoas, sem fins lucrativos e não sujeitas a falência, a fim de prestar serviços e disponibilizar créditos aos seus associados.
Bancos Cooperativos	As cooperativas de crédito podem abrir seus próprios bancos comerciais que podem atuar como qualquer outro banco comercial
Bancos Múltiplos com carteira Comercial	Uma única instituição financeira capaz de contemplar mais de uma carteira de crédito, ou seja, pode acumular características de um banco comercial, banco de investimento, sociedade de crédito. Contém carteira comercial.

Quadro 6 - Instituições Financeiras Bancárias.

Fonte: Adaptado de Moreira (2007).

Demais Instituições Financeiras Não Bancárias (ou Não Monetárias) – são instituições que captam seus recursos através de depósitos à prazo.

IF NÃO BANCÁRIA	DEFINIÇÃO
Bancos de Investimentos	Caracterizam-se por fornecer empréstimos de médio e longo prazo, constituídas sob a forma de sociedade anônima.
Banco de Desenvolvimento Estadual	Disponibilizam recursos para empréstimos e financiamentos de médio e longo prazo voltados para o desenvolvimento de um local ou região específica.
Sociedade de Arrendamento Mercantil	Suas receitas advêm da “locação” de bens móveis ou imóveis. Não há a transferência de propriedade do item objeto do arrendamento.
Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento	seu objetivo é financiar o consumo de bens duráveis (popularmente conhecido como crediário) e capital de giro.
Sociedade de Crédito Imobiliário	IFs especializadas na concessão de crédito para operações imobiliárias

Quadro 7 - Instituições Financeiras Não Bancárias

Fonte: Adaptado de Moreira (2007).

Portanto, é possível identificar as diferenças e semelhanças entre as IFs bancárias e não bancárias e entende-se a relevância do SFN e o papel primordial de uma IF em uma sociedade. Sendo então as IFs primordiais agentes de intermediação financeira na economia do país.

2.3 RISCO DE CRÉDITO

Risco pode ser caracterizado pela probabilidade de que ocorram eventos diferentes dos esperados. Sendo este diretamente proporcional a probabilidade de retorno, ou seja, para obtenção de retornos maiores espera-se que a exposição aos riscos também seja maior (GOULART, 2003). Conforme Neto *et al* (2009) o risco de crédito está relacionado a probabilidade de que um tomador de crédito não ser capaz de honrar seus compromissos na data e nas condições previamente acordadas com o credor.

O risco de crédito pode ser entendido como a chance de inadimplência em qualquer instrumento financeiro, podendo ocorrer em razão falta de capacidade de pagamento ou do desejo de não realiza-lo (MOREIRA, 2006).

As análises de crédito baseadas em apenas critérios julgamentais tem perdido espaço nas IFs nos últimos tempos, abrindo espaço para que as tomadas de decisões sejam efetuadas com base em critérios mais eficazes para que a exposição ao risco crédito ocorra de forma mais segura (NETO *et al*, 2009).

Moreira (2006) apresenta que algumas características que precisam ser avaliadas para orientar a instituição financeira no momento da concessão de crédito, a fim de que as operações de crédito sejam efetuadas com qualidade, esses parâmetros básicos são conhecidos como os "Cs" do crédito. Divididos conforme o quadro abaixo:

Cs	DEFINIÇÃO
Caráter	Busca identificar a intenção do devedor realizar o pagamento
Condições	Está relacionado aos fatores externos que podem inviabilizar o pagamento
Capacidade	Demonstra se o devedor é capaz de gerar a renda necessária para honrar seus compromissos
Capital	Recursos (bens e patrimônio) de posse do devedor
Colateral	Está relacionado as garantias que o devedor apresenta para viabilizar negociação pretendida

Quadro 8 - Os 'Cs' do Crédito

Fonte: Adaptado de Moreira (2006).

No segmento bancário e das IFs, as operações de crédito são a fonte principal das receitas, sendo o principal produto comercializado. Sendo assim, o risco de crédito é estritamente relevante, logo é necessário mensura-lo da melhor forma possível (FERNANDES *et al*, 2008).

2.4 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PECLD)

A PECLD, é constituída tendo em vista mensurar a probabilidade do não recebimento de contas a receber e suficientemente necessária para cobrir perdas desses valores. Nos Bancos, a PECLD é inerente as operações de crédito (NUNES, 2016).

De acordo com Silveira (2010), a PECLD pode ser entendida como a possibilidade de perda em uma carteira de crédito, ou seja, é compreendida como a chance de um tomador de crédito não honrar seus compromissos financeiros junto à instituição financeira nos prazos acordados. Logo, infere-se que ela é uma forma de mensurar o risco de crédito em uma carteira.

De acordo com o COSIF (1987), a PECLD deve ser registrada à Débito de Despesas De Provisões Operacionais e a crédito da respectiva conta no Balanço Patrimonial. Podendo ser reajustado o saldo desta conta a medida que ocorram alterações no risco das operações. Apresentando valores provisionados decorrentes das operações de crédito em seus níveis de risco em função da característica das garantias, operação e devedores.

Fernandes *et al* (2008) apresenta que após o Plano Real de 1994, o SFN foi atingido por muitas mudanças. Variações na taxa de juros e redução das receitas inflacionárias elevaram o risco de falência a várias instituições financeiras. A Resolução n. 2.862 de 1999 foi criada neste contexto, a fim de aperfeiçoar a quantificação do risco de crédito e o provisionamento para os créditos de liquidação duvidosa. A PECLD é

identificada como uma conta redutora do ativo, reduzindo os valores estimados a serem recebidos nas operações de crédito das IFs.

A resolução BACEN 2.862 de 1999, determinou que as operações de crédito sejam divididas em 09 níveis de risco, os quais são estabelecidos com base nas características da operação de crédito. Podendo ser agravado caso ocorra inadimplência e atraso nesta operação.

Tabela 1 - Percentual de Provisonamento em função do nível de risco e dias em atraso.

Nível de Risco	Dias em Atraso	PCLD
AA	-	0,00%
A	-	0,50%
B	Entre 15 e 30 dias	1,00%
C	Entre 31 e 60 dias	3,00%
D	Entre 61 e 90 dias	10,00%
E	Entre 91 e 120 dias	30,00%
F	Entre 121 e 150 dias	50,00%
G	Entre 151 e 180 dias	70,00%
H	Superior a 180 dias	100,00%

Fonte: Resolução BACEN N° 2.682 de 1999. Adaptado pelo autor.

O Art 2º da Resolução BACEN N°2.682 aponta que é de responsabilidade da instituição financeira realizar a classificação do risco de uma operação, analisando aspectos quanto ao devedor e em relação à operação. Estes critérios necessitam ser fidedignos, consistentes e verificáveis

Crítérios Para Classificação do Nível de Risco de uma Operação de Crédito.	
Em relação ao Devedor e Seus Garantidores	Situação econômico-financeira
	Grau de endividamento
	Capacidade de Geração de Resultados
	Fluxo de Caixa
	Administração e Qualidade de Controles
	Pontualidade e Atrasos nos Pagamentos
	Contingências
	Setor de Atividade Econômica
	Limite de Crédito
	Em relação à Operação
Características das Garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez	
Valor	

Quadro 9 - Critérios Para Classificação do Nível de Risco de uma Operação de Crédito

Fonte: Adaptado de Resolução BACEN N° 2.682 de 1999.

Portanto, nota-se a relevância da PECLD e de sua correta mensuração para a análise em uma carteira de crédito de uma IF, pois ela denotará a possibilidade do não recebimento de um crédito, o que conseqüentemente representa a não realização de uma receita e a contabilização de uma despesa, fatos estes que acarretam na redução do lucro

da Instituição. As análises destes valores são capazes de orientar decisões de acionistas e outros *stakeholders* (NIYAMA, 2001; GOULART, 2003; MOREIRA, 2006).

2.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para ser capaz de compreender os resultados apresentados nas análises das demonstrações contábeis é necessário ser capaz de identificar a representatividade de cada indicador e o que cada um deles significa, e compreender quais aspectos são abordados em cada uma das demonstrações contábeis apresentadas pelas IFs (MOREIRA, 2006).

A seguir serão apresentados alguns indicadores adaptados as condições impostas pelas particularidades das IFs.

2.5.1 Índices de Liquidez

Os índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, analisará “se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos”, “considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato” (MARION, 2007).

A liquidez representa a capacidade de dispor de recursos para honrar de imediato as obrigações. A solvência está relacionada a comparação dos valores dos ativos em detrimento dos valores contabilizados no passivo. Uma instituição é considerada solvente quando os valores de seu ativo superam os valores do passivo (MARTINS; 2007, MOREIRA, 2006).

ÍNDICE	DEFINIÇÃO	FÓRMULA
Encaixe Voluntário	Apresenta a capacidade de uma IF para cobrir saques de depósitos à vista na data de encerramento do exercício social	Disponibilidades / Depósitos à Vista
Liquidez Imediata	Adiciona ao encaixe voluntário os equivalentes de caixa e aplicações financeiras com resgates imediatos	(Disponibilidades + Aplicações Financeiras de Liquidez) / Depósitos à Vista
Índice de Empréstimos / Depósitos	Mostra a relação entre o volume em operações de crédito com o volume de recursos captados	Operações de Crédito / Depósitos
Capital de Giro Próprio	Indica o percentual dos recursos próprios da IF que se encontra no giro de seus negócios, financiando ativos.	(Patrimônio Líquido – Ativo Permanente) / Patrimônio Líquido
Participação dos Empréstimos	Percentual do ativo total de uma IF que se encontra aplicado em operações de crédito	Operações de Crédito / Ativo Total
Índice de Liquidez Geral	Contrapõe o ativo circulante e realizável total com passivo circulante e exigível total	(AC + RLP) / (PC + ELP)
Índice de Liquidez Corrente	Relaciona o ativo circulante e realizável a curto prazo com o passivo circulante e exigível a curto prazo	Ativo Circulante / Passivo Circulante

Quadro 10 - Índices de Liquidez e Solvência

Fonte: Adaptado de Martins (2007).

Portanto, nota-se que uma IF é considerada solvente quando o valor do ativo é superior aos valores do passivo, enquanto que a liquidez está relacionada a capacidade da IF honrar seus compromissos que demandem caixa prontamente (ASSAF NETO, 2012).

2.5.2 Índices de Rentabilidade e *spread*

Para Marion (2007), está voltada para a analisar a rentabilidade da empresa, sua capacidade para geração de receitas e lucros. Na atividade bancária, é semelhante às outras atividades, diferenciando-se apenas quanto a natureza dos recursos disponíveis, tendo em vista que nas IFs os recursos captados representam as matérias primas que geralmente são aplicados sob a forma de concessão de crédito (MARTINS, 2007). O *spread* é obtido através das receitas de intermediação financeira deduzidas as despesas desta intermediação.

Para quantificar a rentabilidade em uma empresa podem ser utilizados alguns índices conforme descrito a seguir:

ÍNDICE	DEFINIÇÃO	FÓRMULA
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Apresenta o ganho percentual auferido pelos proprietários como consequência das margens de lucro.	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido
Retorno Sobre o Investimento Total	Resultado obtido em relação ao valor do ativo total	Lucro Líquido / Ativo Total
Margem Líquida	Permite avaliar a relação entre o lucro líquido e o <i>spread</i> da IF.	Lucro Líquido / Receita da Intermediação Financeira

Quadro 11 - Índices de Rentabilidade

Fonte: Adaptado de Martins (2007).

Os índices acima apresentados são índices gerais que representam a rentabilidade e o retorno sobre o capital investido em uma empresa. Enquanto que os itens do quadro abaixo estão relacionados às IFs, uma vez que utilizam variáveis predominantes nas operações de crédito.

ÍNDICE	DEFINIÇÃO	FÓRMULA
Margem Financeira	Relaciona o resultado bruto da intermediação com o ativo total	Resultado Bruto da Intermediação / Ativo Total
Retorno Médio da Operações de Crédito	Indica o retorno financeiro das operações de crédito em geral	Rendas Operações de Crédito / Operações de Crédito
Lucratividade dos Ativos	Relaciona as receitas totais da IF com o ativo total	Receitas de Intermediação Financeira / Ativo
Juros Passivos	Relacionam a despesa financeira de de captação com o ativo total	Despesa de Intermediação Financeira / Passivo Total

Quadro 12 - Índices de Rentabilidade e *Spread*

Fonte: Adaptado de Martins (2007).

Assim como qualquer outro ramo de atividade empresarial, em uma IF o principal motivo de sua existência é a geração de lucro e retornos financeiros para seus

proprietários. Obtendo sempre a maximização das riquezas dos proprietários através da melhor relação risco e retorno. Estes indicadores permitem relacionar a rentabilidade da IF com o capital investido e *spread* (ASSAF NETO, 2012).

2.5.3 Índices de Capital e Risco

A atividade bancária está exposta às variações da economia, ao comportamento das taxas de juros e à política monetária. (MARTINS, 2007). De acordo com Assaf Neto (2010), as atividades desenvolvidas pelas IFs são muito sensíveis à fatores externos à empresa, como condições da economia, políticas monetárias e comportamento das taxas de juros.

ÍNDICE	DEFINIÇÃO	FÓRMULA
Independência Financeira	Mostra a relação entre o patrimônio líquido total da IF e o ativo total	Patrimônio Líquido / Ativo Total
<i>Leverage</i>	Indica o grau de alavancagem financeira	Ativo Total / Patrimônio Líquido
Relação Capital / Depositante	Relaciona o patrimônio líquido contábil com os depósitos totais, indicando a relação dos capitais próprios com os capitais de terceiros tomados sob a forma de depósitos	Patrimônio Líquido / Depósitos
Imobilização do Capital Próprio	Relaciona o volume do ativo permanente com o patrimônio líquido contábil da IF.	Ativo Permanente / Patrimônio Líquido

Quadro 13 - Índices de Capital e Risco

Fonte: Adaptado de Martins (2007).

Estes índices não representam fundamentalmente o risco operacional, voltam-se para revelar o grau de independência financeira da instituição. Nas IFs, o patrimônio líquido é, na maioria das vezes, destinado para o financiamento de ativos permanentes e seus excessos utilizados para lastrear as necessidades de investimento operacional em giro (ASSAF NETO, 2012).

Caneca (2015) apresenta a relação entre as variações da Despesa com PECLD e os ciclos econômicos do Brasil, tendo como variável representativa do ciclo econômico o Produto Interno Bruto – PIB. No qual, verificou-se a existência de relação negativa entre as variáveis.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista que as pesquisas podem possuir diversas naturezas e objetivos é de fundamental importância classificá-las. A fim de possibilitar melhor organização, para que seja possível encontrar semelhanças e diferenças nos tipos de pesquisas realizadas (GIL, 2010). Para Raupp e Beuren (2010, p.77) “o delineamento da pesquisa implica a escolha de um plano para conduzir a investigação”.

3.1 PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

A tipologia de pesquisa quanto aos objetivos pode ser classificada como: exploratória, descritiva ou explicativa. Sendo que os objetivos traçados em uma pesquisa são fator determinante para sua classificação (RAUPP e BEUREN, 2010).

A pesquisa descritiva “configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa” (RAUPP e BEUREN, 2010, p.81). Esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa descritiva, tendo em vista que seu objetivo é “identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010).

3.2 PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

“Para que se possa avaliar a qualidade dos resultados obtidos em uma pesquisa, torna-se necessário saber como os dados foram obtidos, bem como os procedimentos adotados em sua análise e interpretação” (GIL, 2010, p.28). Para Raupp e Beuren (2010, p.83) as tipologias de pesquisa quanto aos procedimentos classificam-se em “estudo de caso, pesquisa de levantamento, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa participante e a pesquisa documental”.

Esta pesquisa caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista que é realizada com base em materiais já publicados e utiliza fonte de dados disponíveis em meio eletrônico com acesso irrestrito (GIL, 2010).

Foram coletados dados das demonstrações financeiras disponibilizados pela CVM em endereço eletrônico, inflação e suas respectivas variações, taxa de mortalidade das empresas e taxa de desemprego correspondentes ao primeiro trimestre de 2011 ao último trimestre de 2016, disponíveis em base de dados do Instituto de Economia Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) disponibilizado pelo BACEN. Os dados coletados foram analisados trimestralmente, a fim de obter informações que demonstrem a correlação entre essas variáveis.

As técnicas de análises utilizadas nos dados das demonstrações contábeis,

partiram da: análise vertical e horizontal, índices de liquidez, capital, rentabilidade e risco, e também correlacionar as variações da PECLD às variações do Lucro e do índice de inadimplência da carteira de crédito total, tanto de pessoas físicas e jurídicas, e à taxa de mortalidade das empresas.

Os dados apresentados nas demonstrações contábeis foram atualizados e corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplos (IPCA), divulgado pelo IBGE.

3.3 PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

A abordagem do problema pode ser basicamente classificada de duas formas, sendo elas: qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa tem finalidade de analisar aspectos mais profundos em relação ao problema estudo, está relacionado em entender aspectos que não seriam passíveis de compreensão em uma pesquisa quantitativa. A pesquisa quantitativa é caracterizada pela utilização de ferramentas estatísticas que pressupõe sua aplicação em dados e informações coletadas (RAUPP e BEUREN, 2010; GIL, 2010).

Este trabalho caracteriza-se em uma pesquisa quantitativa, uma vez que coletará dados das demonstrações contábeis das IFs do Brasil e aplica instrumentos de análise a fim de obter respostas aos questionamentos da pesquisa.

3.4 OBJETO DE ESTUDO

Semelhantemente ao realizado nos estudos de Goulart (2003) e De Nez *et al* (2017), foram selecionados bancos com as seguintes características: atuam no Brasil; possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA; possuem algum nível de Governança Corporativa; e, estão listados no relatório “50 maiores bancos” disponibilizado pelo BACEN. Totalizaram dez bancos, os quais seus demonstrativos contábeis trimestrais, do período de 2011 a 2016, fizeram parte na análise, a fim de identificar o impacto da PCLD no Lucro destas instituições. A seguir relação dos bancos selecionados e seus respectivos níveis de governança:

NÍVEL DE GOVERNANÇA		
Novo Mercado	Nível 2	Nível 1
Banco do Brasil S.A.	Banco ABC Brasil S.A. Banco Indusval S.A. Banco Pine	Banrisul Banco Pan S.A. Itau Unibanco Holding S.A. Itausa Investimentos Itau S.A. Parana Banco S.A.

Quadro 14 – Bancos selecionados para análise.

Fonte: Adaptado de BM&FBovespa.

De acordo com a BM&FBovespa, as empresas listadas na bolsa podem ser divididas por setor de atuação e segmento. Os bancos fazem parte do setor financeiro, subsetor intermediários financeiros. Totalizando o número de 25 bancos listados, dos quais apenas um está classificado como novo mercado (NM), três como Nível 2 de Governança Corporativa e seis como Nível 1 de Governança Corporativa.

Lançado no ano 2000, o NM pressupõe um alto padrão de governança corporativa, caracterizando-se por ser um referencial de transparência e governança. É uma seção destinada à negociação de ações de empresas que adotam práticas de governança corporativa adicionais as que são exigidas pela lei.

O Nível 2 de governança corporativa é semelhante ao NM, porém possui algumas exceções, como exemplo manter ações preferenciais. No Nível 1 de governança corporativa estão empresas que adotam práticas que favorecem a transparência e o acesso a informações pelos investidores

3.5 ANÁLISE DE DADOS

De acordo com GUJARATI (2011) a análise econométrica pode ser identificada de forma literal como “medição econômica”, mas que possui significado muito mais amplo, podendo ser entendida como a análise quantitativa de dados econômicos a fim de subsidiar e responder hipóteses. Neste trabalho, foram formuladas as hipóteses que subsidiariam a análise da relação da PECLD com outras variáveis, sendo elas:

H1: Existe relação significativa entre as variações percentuais dos fatores macroeconômicos e a variação percentual da PECLD?

H2: Existe relação significativa entre a variação percentual do lucro e a variação percentual da PECLD?

H3: Existe relação significativa entre a variação percentual da Receita e a variação percentual da PECLD?

H4: Existe relação significativa entre a variação percentual da Carteira de Crédito e a variação percentual da PECLD?

A análise dos dados se deu sob três perspectivas, análise contábil/financeira: cujo enfoque estava em comparar os dados coletados, verificando variações na PECLD e em outras variáveis; estatística descritiva: a qual proporcionou a principalmente a identificação das medidas de tendência central e a análise econométrica: que fundamentou-se em investigar as hipóteses descritas anteriormente, por meio da regressão

com dados em painel, que utilizou os modelos de *pooled*, efeito fixo e efeito aleatório.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos dados disponibilizados pela BMFBOVESPA foram selecionados as IFs que possuem algum nível de governança corporativa. Na amostra selecionada excluiu-se a Itausa Investimentos Itaú S.A. tendo em vista que a empresa é uma *holding*, possuindo controle e coparticipação em outras empresas que não são IFs, logo suas demonstrações contábeis possuem informações de instituições não financeiras, inviabilizando o estudo do PECLD no lucro das IFs.

4.1 PECLD DRE, RECEITA E LUCRO

O gráfico a seguir mostra a variação na Receita de Intermediação Financeira do Banco do Brasil, Banco Bradesco e Banco Itaú, que juntos correspondem à cerca de 95% da receita das IFs objeto desta análise:

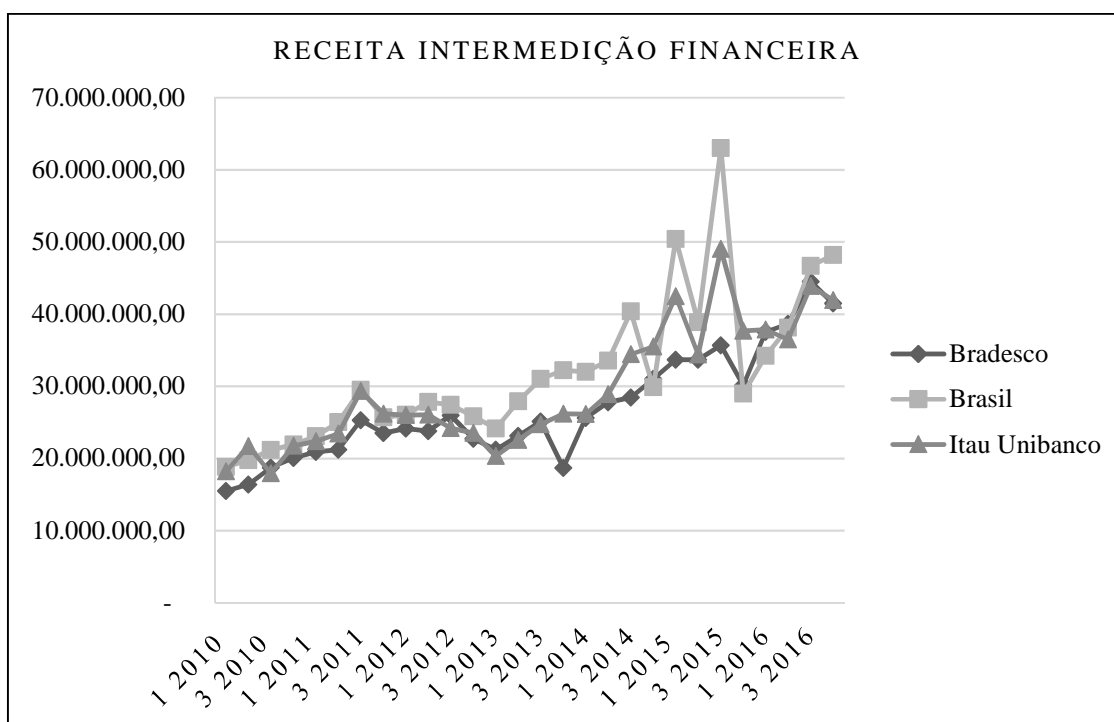


Figura 1: Receita de Intermediação Financeira Banco do Brasil, Brades e Itaú (em milhares)

Fonte: Dados da Pesquisa.

A seguir estão apresentados os valores da Receita de Intermediação Financeira das demais IFs objeto desta análise:

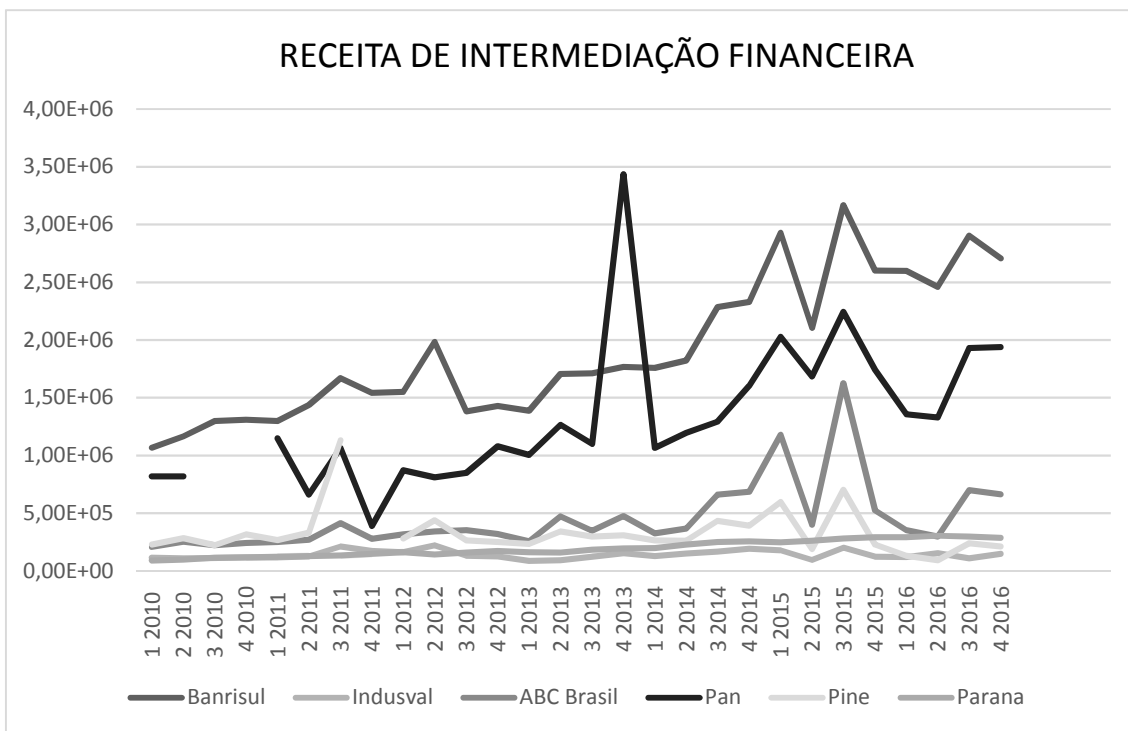


Figura 2: Receita de Intermediação Financeira Demais Bancos (em milhares)
 Fonte: Dados da Pesquisa.

No período analisado observa-se que os lucros dos bancos apresentaram crescimento constante, com um pico de crescimento em 2015. Igualmente, pode-se observar no gráfico abaixo, que apresenta a Variação da PECLD apresentada na DRE destas instituições:

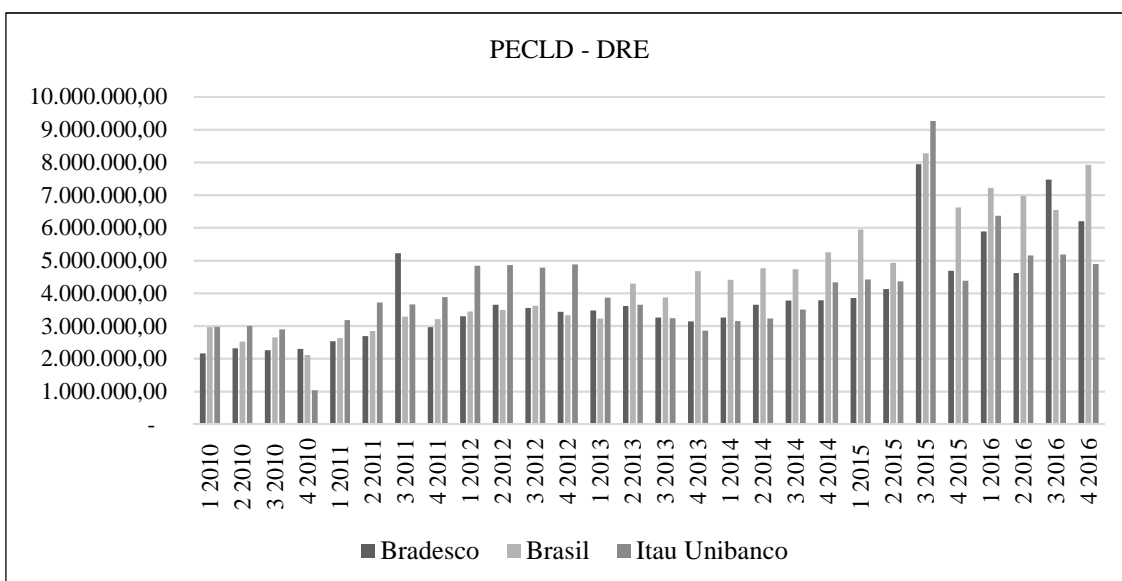


Figura 3 Evolução da PECLD DRE – Banco do Brasil, Bradesco e Itau (em milhares).
 Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim como as receitas, observa-se que a Despesa com PECLD apresentou um

pequeno crescimento no período estudado e que apresentou um pico de crescimento no terceiro trimestre de 2015.

No gráfico a seguir estão apresentados os valores da PECLD na DRE das demais IFs objeto deste estudo:

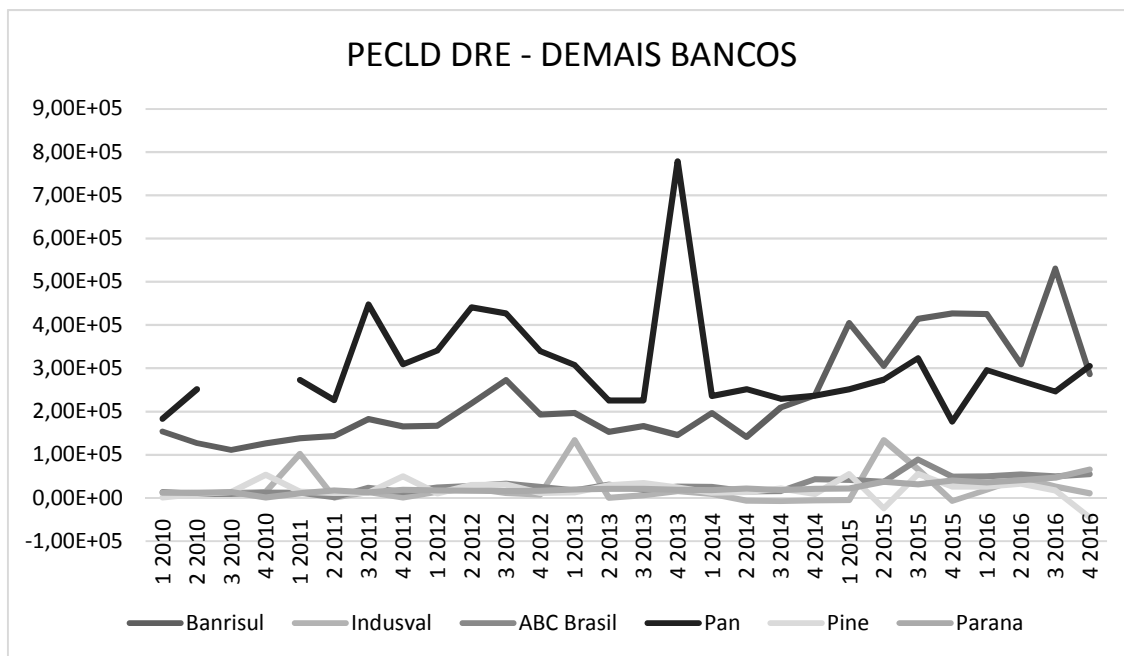


Figura 4: Evolução da PECLD DRE – Demais Bancos (em milhares).

Fonte: Dados da Pesquisa.

A seguir, são apresentados gráficos de dispersão, nos quais será possível comparar e visualizar a existência de correlação entre os valores das Receitas de Intermediação Financeira e os valores atribuídos para a PECLD nos Demonstrativos de Resultado das respectiva IFs na forma que segue:

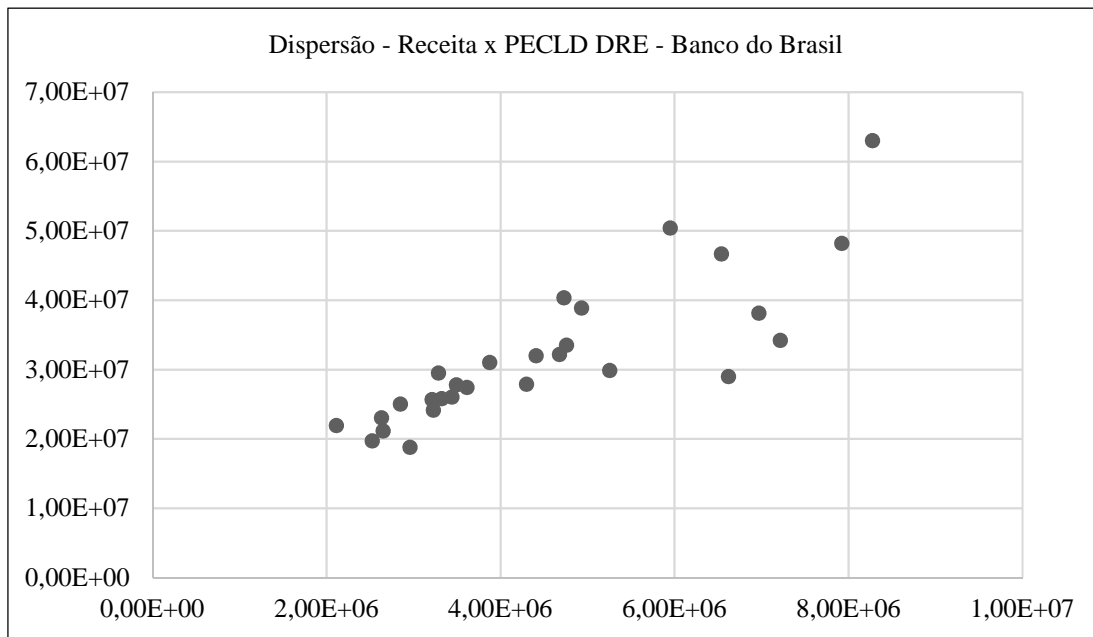


Figura 5: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Banco do Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa

No gráfico 3, que apresenta o cenário analisado no Banco do Brasil, é possível notar que os valores assumidos para a PECLD DRE e para as Receitas aparentam ser diretamente proporcional, uma vez que que é possível visualizar uma “reta” inclinada para a direita.

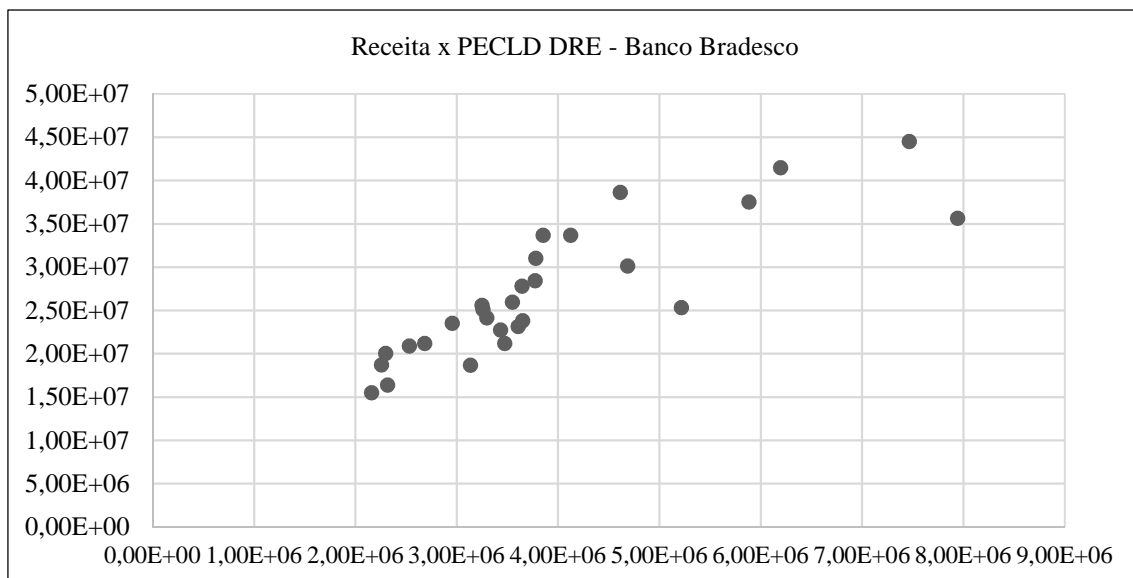


Figura 6: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Banco Bradesco

Fonte: Dados da Pesquisa.

Semelhantemente ao verificado no gráfico anterior, o Gráfico 4 apresenta a dispersão entre a Receita e a PECLD DRE verificadas no Banco Bradesco durante o

período analisado. Fato também perceptível no próximo gráfico, que apresenta a dispersão encontrada nos dados das Demonstrações Contábeis do banco Itaú.

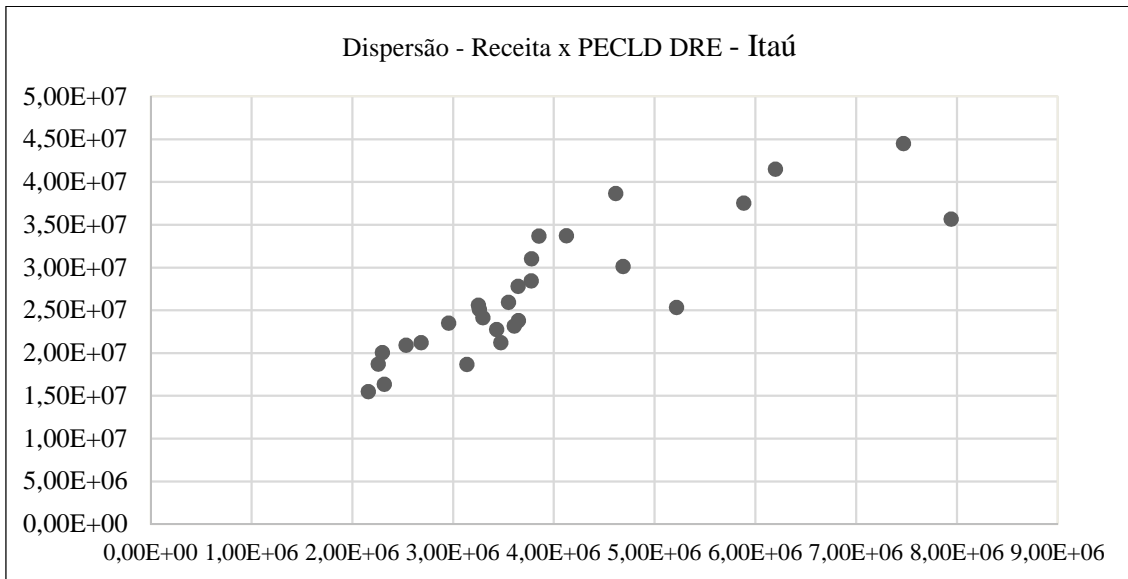


Figura 7: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Itaú

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

Nos gráficos acima, nos eixos horizontais são apresentados os valores da PECLD dispostos na DRE, enquanto que nos eixos verticais estão apresentados os valores da Receita de Intermediação Financeira. Por meio destes gráficos de dispersão é possível notar que a existência de correlação positiva entre essas duas variáveis.

A seguir seguem gráficos de dispersão dos demais bancos, nos quais não se observou obtive correlação significativa entre as variáveis:

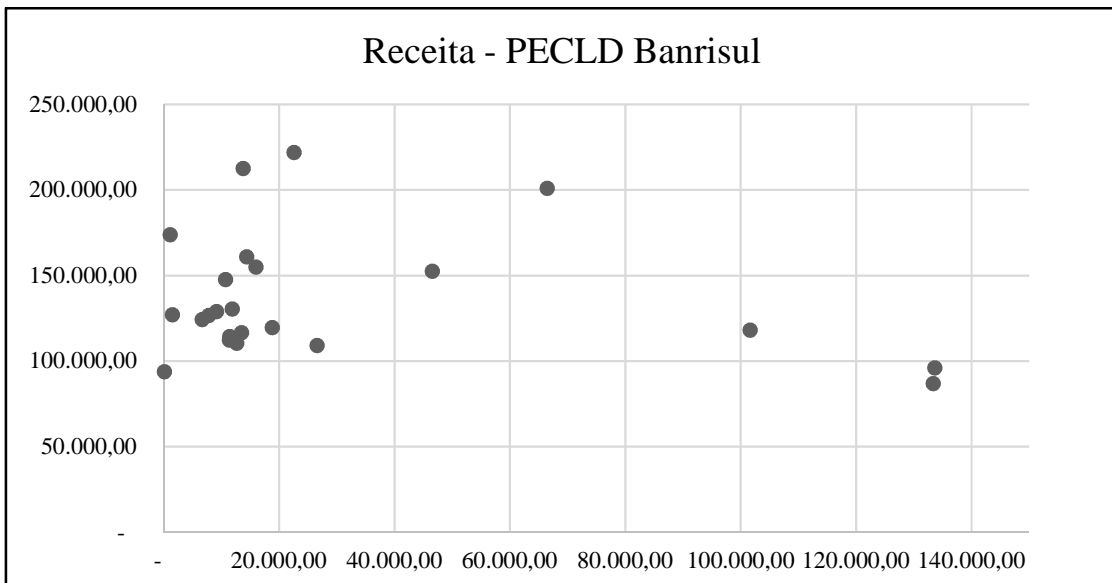


Figura 8: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Banrisul

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

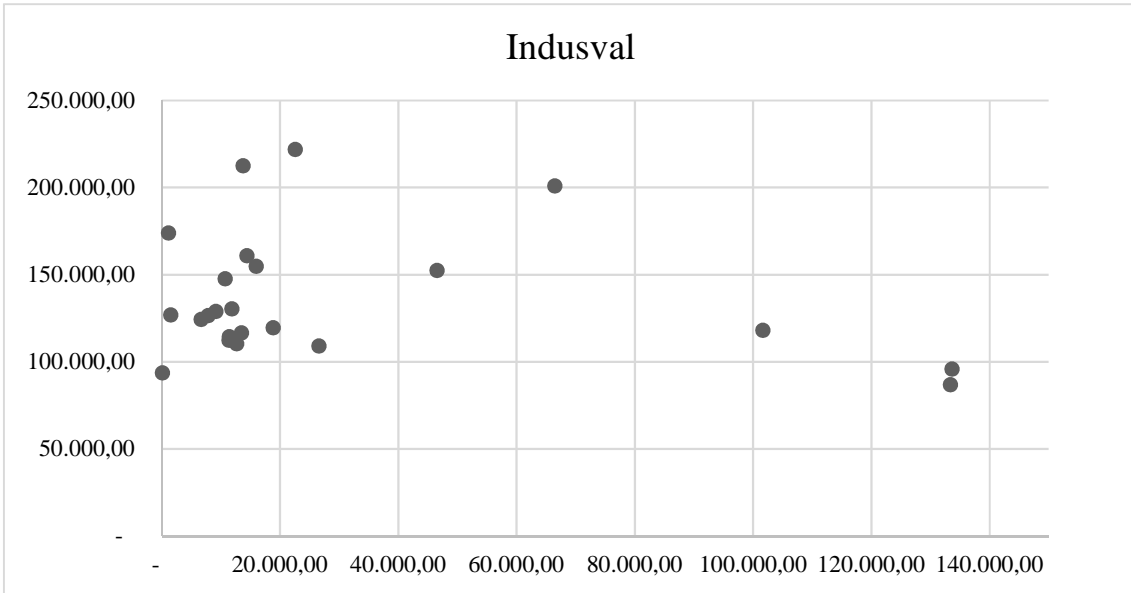


Figura 9: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Indusval

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

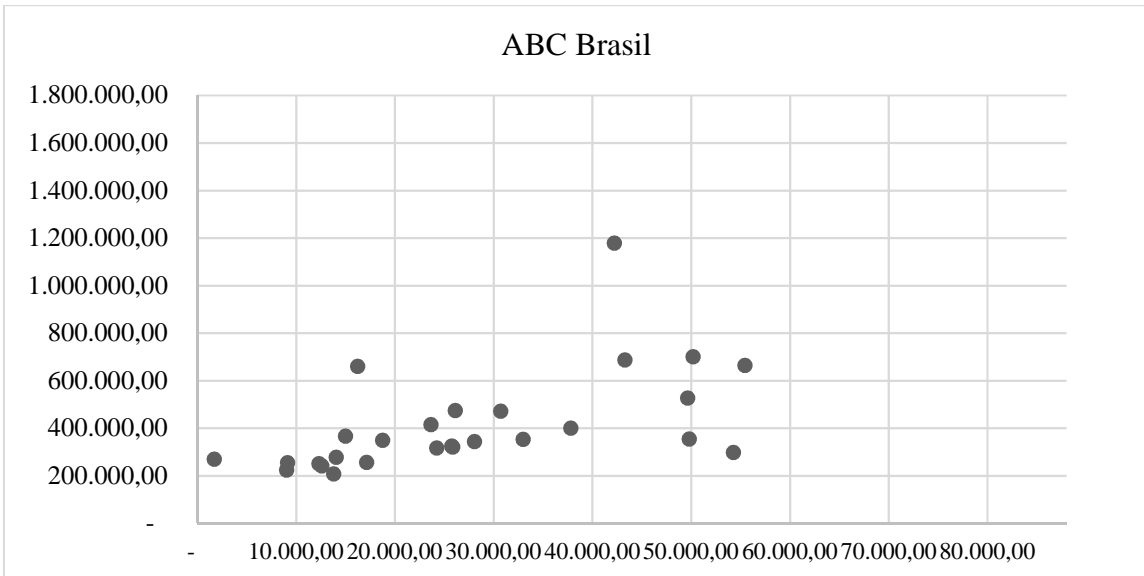


Figura 10: Dispersão – Receita x PECLD DRE – ABC Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

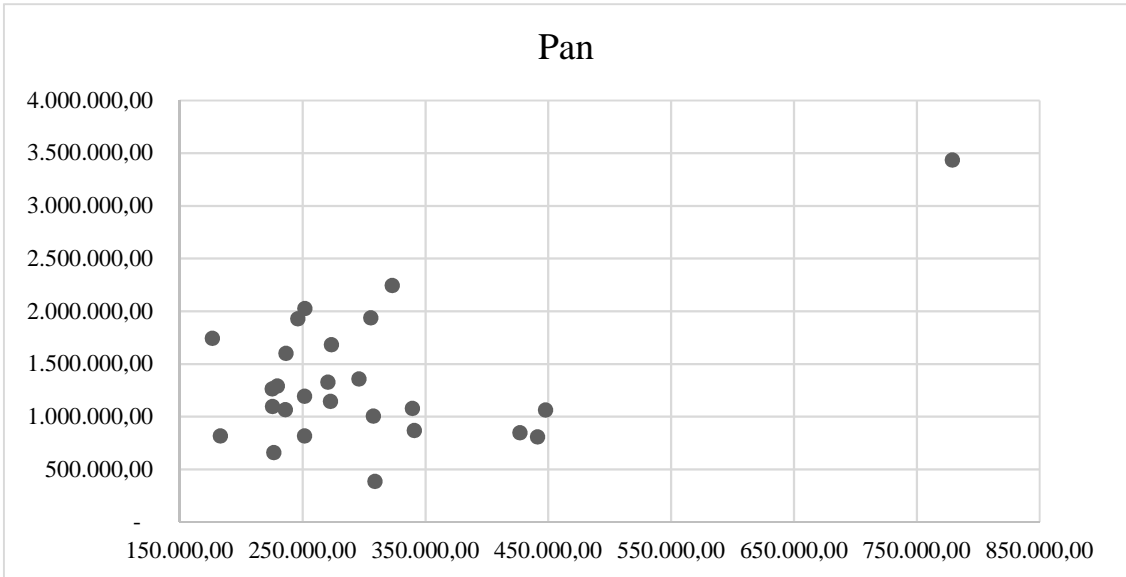


Figura 11: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Pan

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

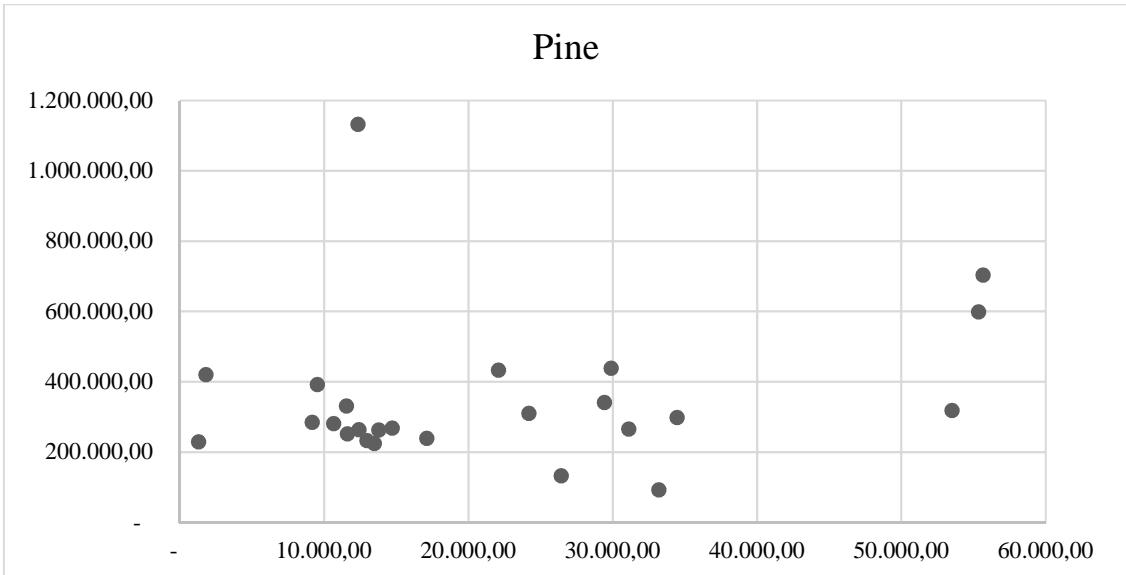


Figura 12: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Pine

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

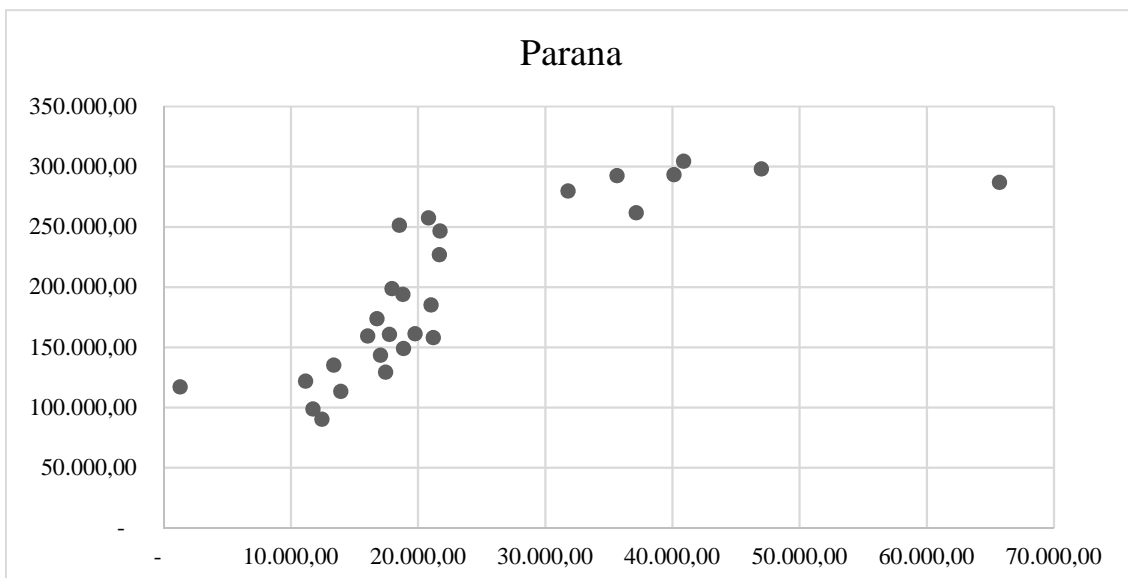


Figura 13: Dispersão – Receita x PECLD DRE – Parana

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

Em seguida, buscou-se verificar a relação entre o LL e a PECLD na DRE, porém está análise ficou comprometida estatisticamente, não podendo analisar de maneira a obter resultados significativos, tendo em vista que o Lucro Líquido é obtido após a dedução na PECLD na DRE, logo uma variável está interferindo na outra. Sendo assim foram identificadas em algumas situações específicas que induzem a suposição de que a PECLD é de certa forma, inversamente proporcional ao Lucro Líquido, conforme disposto nos gráficos a seguir:

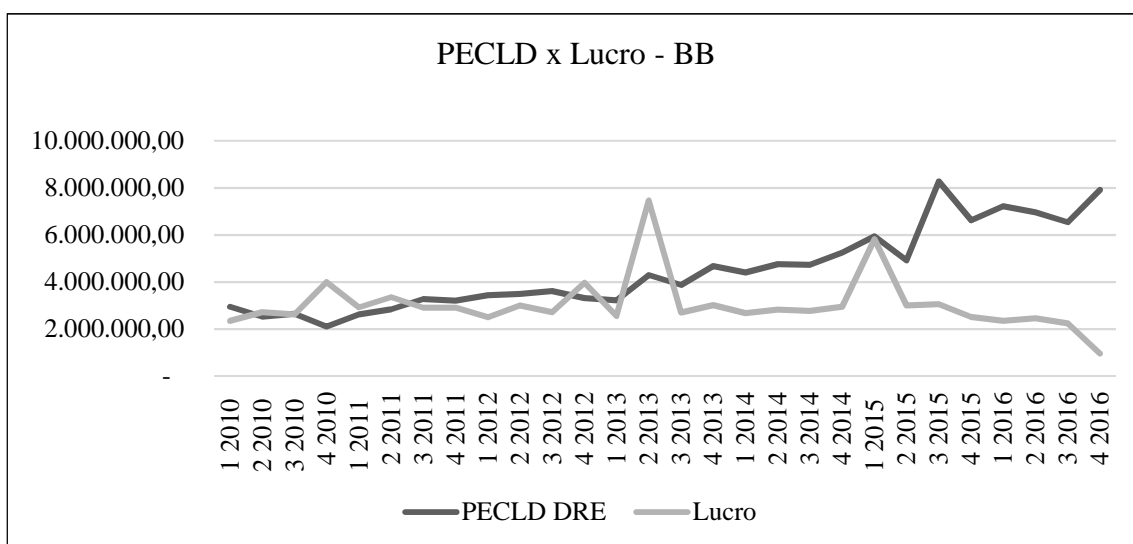


Figura 14: PECLD e LUCRO – BB (em milhares)

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

Neste gráfico estão apresentadas as variáveis: PECLD DRE e LL, disponibilizadas nas Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil no período estudado,

nota-se que no último trimestre de 2015 e no ano de 2016 quando o volume de PECLD aumentou significativamente o oposto ocorreu com o Lucro Líquido da Instituição.

A seguir, no Gráfico 7 são apresentadas as variações da PECLD DRE e do LL no Banco Indusval durante o período analisado:

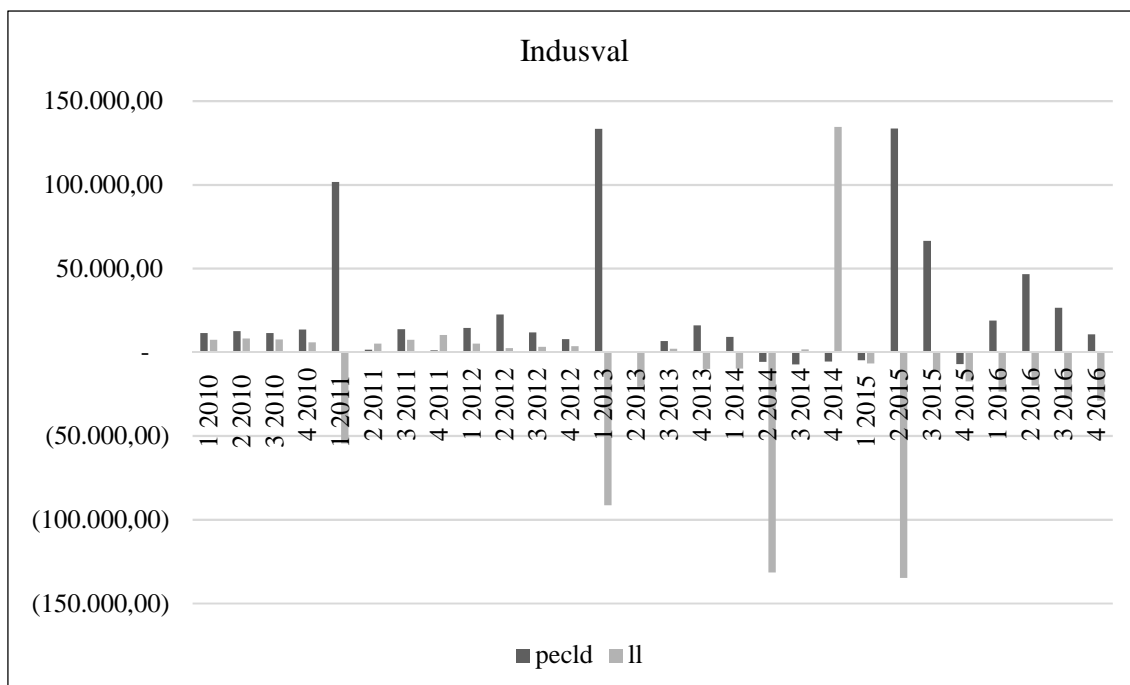


Figura 15: PECLD x LL – Banco Indusval (em milhares).

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

Neste caso, é ainda mais significativa a oposição entre as duas variáveis, especificamente nos seguintes trimestres: 1/2011, 1/2013 e 2/2015, nos quais é possível notar que houve uma grande elevação no volume da PECLD de tal forma que o Banco apresentou prejuízos em sua Demonstração de Resultados. O que aparenta representar que esses prejuízos estão relacionados com a inadimplência em operações de crédito que resultaram em um maior fluxo de despesa de PECLD, consequentemente reduzindo o resultado nos períodos destacados.

Percebe-se neste caso que em momentos específicos, onde houve elevação significativa da PECLD também ocorreu redução significativa do lucro, sendo possível notar esse fato no primeiro trimestre de 2011, primeiro trimestre de 2013, segundo trimestre de 2014 e segundo trimestre de 2015. O que poderia representar uma relação entre a elevação da inadimplência e consequente maior PECLD com a redução do lucro.

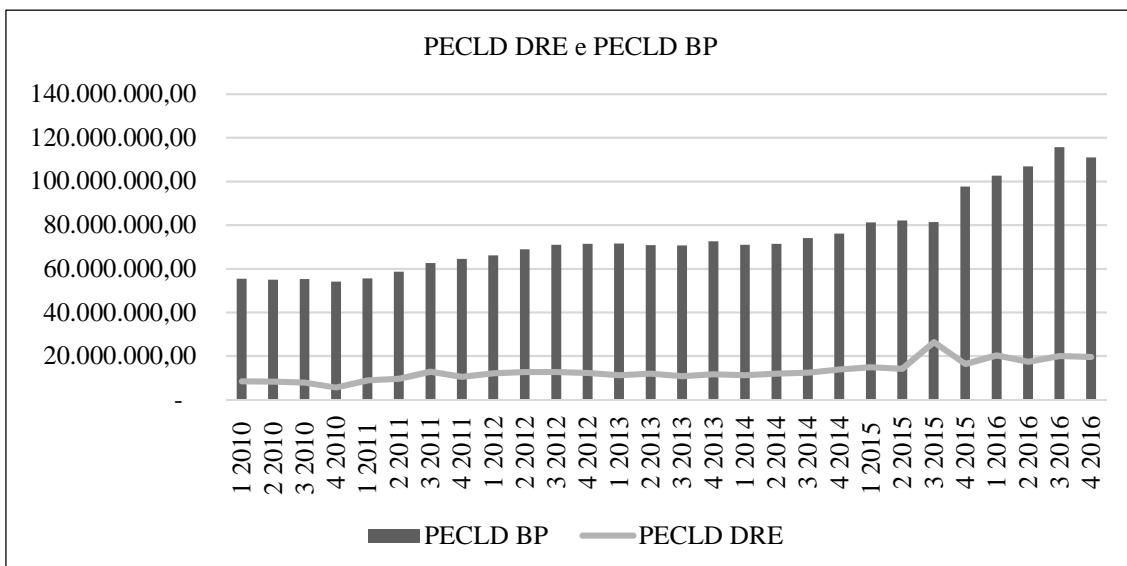


Figura 16: PECLD BP x PECLD DRE

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que com o passar do tempo o volume de despesa com PECLD apresentada nas DRE e o saldo de PECLD disposto nos Balanços Patrimoniais tem apresentado crescimento, mais relevante a partir do segundo semestre de 2015, podendo estar relacionado com a elevação da inadimplência.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Conforme Martins (2006) a estatística descritiva tem por finalidade organizar, classificar e descrever um conjunto de dados, por meio de gráficos e tabelas. Utilizados para descrever e analisar fenômenos coletivos. A seguir serão apresentados as seguintes variáveis: Média, Mediana, Máximo, Mínimo e Desvio Padrão, que podem ser definidos conforme quadro abaixo:

Tipo de Medida	Medida Utilizada	Descrição
Posição	Média	Razão da soma das observações pelo número de observações.
	Mediana	É o valor que divide ao meio o conjunto de dados após prévia ordenação.
	Máximo	Maior valor do conjunto de dados
	Mínimo	Menor valor do conjunto de dados
Dispersão	Desvio Padrão	Mede a dispersão dos dados em relação a média. Raiz quadrada da Variância

Quadro 15: Medidas descritivas.

Fonte: Martins (2011). Elaborado pelo autor.

Na coleta de dados foram selecionados inicialmente para analisar a influência da PECLD nos lucros das IFs foram utilizadas as seguintes variáveis:

Variável	Definição
VAR_RECEITA	Representa a variação dos valores apresentados para a Receita
VAR_PECLD_DRE	Representa as variações da PECLD na DRE
VAR_PECLD_BP	Representa as variações da PECLD no Balanço Patrimonial.
RECEITA	Valor nominal da Receita
CAR_CRÉDITO	Representa os valores da Carteira de Crédito Total das IFs
PECLD_DRE	Valor da PECLD na DRE

Quadro 16: Variáveis analisadas

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 2 apresenta as medidas descritivas do conjunto de dados analisados na pesquisa, que resultaram nas seguintes informações:

Tabela 2: Estatística Descritiva Variáveis Analisadas (milhares de reais)

Variáveis	Observações	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
VARRECEITA	235	234568,3	14791	24114179	-34003110	3787126
VARPECLD_DRE	235	-21487,36	1420000	3347147	-4878304	584730,1
VAR_PCLD-CRED	235	2749531	249140	1,66e+08	--1,96e+08	20416552
PECLD-DRE	235	1385643	166195	8276905	-45211	2017626
CAR_CRÉDITO	235	1,31e+08	12806485	7,94e+08	869083	1,93e+08
RECEITA	235	10026181	1165414	63009045	-330226	14347088

Fonte: dados da pesquisa.

Após as observações infere-se que os dados analisados possuem um alto coeficiente de variação (média dividida pelo desvio padrão) representando alta dispersão para os dados estudados. O menor valor da PECLD apresentado foi obtido no Banco PINE no quarto trimestre de 2016, no qual houve uma reversão da despesa correspondente ao valor de R\$45.211.000,00. Enquanto que o maior fluxo de PECLD foi observado no Banco Itaú no terceiro trimestre de 2016, correspondente ao valor de 9 bilhões.

4.3 ANÁLISE ECONOMETRICA

Para realização do teste de multicolinearidade foi adotado o VIF e ficou constatado um valor menor do que 5 para variáveis independentes da pesquisa. Por sua vez, para efeito de normalidade utilizou-se a Teoria do Limite Central, i.e., presume-se distribuição normal em amostras maiores que 100 observações (e.g. GUJARATI; PORTER, 2011) diante de indícios de que os resíduos não seguem uma distribuição normal por meio do *Jarque-Bera test*. Ademais, foram atendidos os pressupostos de

ausência de autocorrelação dos resíduos e de homocedasticidade, respectivamente, pelos testes de *Durbin-Watson* e correção de *White*.

Por fim, foram realizados os testes de *Chow* e de *Hausman* para detectar o melhor ajustamento do modelo não comprometendo inferências. A partir dos testes descritos anteriormente, o melhor ajustamento *Random Effects – Cross Section*.

Tabela 3: Análise da regressão Dados Coletados nas Demonstrações (Painel Contemporâneo)

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
	<i>Pooled</i>	Efeito Fixo	Efeito Aleatório
	$\Delta\%$ PECLD	$\Delta\%$ PECLD	$\Delta\%$ PECLD
	Coefficiente	Coefficiente	Coefficiente
	(p-value)	(p-value)	(p-value)
INTERCEPTO	-36002 (0,2806)	-31575 (0,3309)	-37560 (0,3716)
$\Delta\%$ CART	-0,0015 (0,3478)	-0,0023 (0,1807)	-0,0015 (0,3675)
$\Delta\%$ RECEITA	0,0804 (0,0000)	0,0697 (0,0000)	0,0802 (0,0000)
R ²	0,2589	0,3779	0,2617
R ² ajustado	0,02525	0,2934	0,2555
F	40,5330	4,4701	41,12
(sig)	0,000000	0,000000	0,000000

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 3, são apresentadas as variáveis analisadas no estudo, sendo a variável fixa a Variação percentual da PECLD relacionada com a Variação Percentual da Carteira de Crédito e a Variação Percentual da Receita. Análise por realizada com a utilização de três modelos, sendo eles: *pooled*, efeito fixo e efeito aleatório. Quanto maior o valor apresentado para R² (varia entre 0 e 1) mais explicativo é o modelo para a amostra em análise.

Nota-se que a variação percentual da Receita explica a variação percentual PECLD sendo positivamente relacionada e significativa a 1%. Enquanto que a variação percentual da PECLD não pôde ser explicada pela variação percentual da carteira de crédito, pois não apresentou relação significativa a 10%.

Silva (2016) constatou que a relação entre o saldo de PECLD em uma Carteira de Crédito com o retorno sobre o Patrimônio Líquido possuem relação e influência. Semelhantemente, neste trabalho, nota-se que em casos pontuais (IFs com carteira de crédito menos expressiva), quando ocorre maior volume de PECLD na DRE,

consequentemente há redução no valor do lucro.

A relação significativa a 1% entre a receita e a PECLD corrobora o verificado por Macedo e Kelly (2016) que identificaram a relação positiva entre os Resultados Antes da PECLD e do IR com as variações da PECLD. Sabe-se que os resultados estão positivamente relacionados com a receita. Tal fato pode justificado pela obrigatoriedade da Resolução BACEN 2.682/99 que define que no momento da contratação de uma operação de crédito haja um movimento de despesa de PECLD conforme o risco estabelecido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs-se inicialmente a calcular as alterações provocadas pela PECLD no lucro das IFs do Brasil e verificar se fatores macroeconômicos explicam o ocorrido. Porém, a análise da influência dos fatores macroeconômicos na PECLD e no lucro das IFs foi prejudicado uma vez que as variáveis macroeconômicas são iguais para todas as IFs e tal fato impossibilita a obtenção de resultados estatísticos confiáveis para modelos de análise que adotam dados em painel.

Semelhantemente, o estudo da relação entre a PECLD e o LL das IFs foi prejudicado, tendo em vista que o LL é obtido na DRE após a dedução da PECLD, ou seja, as alterações da PECLD refletiriam nos valores apresentados no LL, logo não são variáveis independentes, inviabilizando a realização de uma análise estatística relevante e confiável.

O levantamento do referencial teórico possibilitou a verificação normativa para a mensuração da PECLD determinada pelo Bacen. E verificar que o tema em questão é relevante para o cenário atual da economia e que seu estudo pode agregar informações que subsidiem a tomada de decisão e a mensuração da qualidade da carteira de crédito de uma IF.

Após o desenvolvimento da pesquisa, foi possível concluir que as variações percentuais da PECLD apresentadas nos Demonstrativos de Resultado são positivamente relacionadas com a Receita. Tal fato justifica-se, pois, conforme a Resolução Bacen 2.682/99, no momento da liberação/contratação de uma operação de crédito é definido o risco para operação, e de acordo com esse risco é gerado um fluxo de despesa de PECLD.

Verificou-se também que as variações percentuais da PECLD não possuem relação significativa com o volume da carteira de crédito da IF, ou seja, os volumes destinados para as perdas com os créditos de liquidação duvidosa não estão relacionados com o volume de crédito emprestado. O que pode ser justificado uma vez que as operações de crédito podem apresentar risco “AA”, não resultando em fluxo imediato de despesa com PECLD.

Nota-se que em situações específicas e pontuais, as variações da PECLD aparentam estar fortemente relacionadas as reduções do lucro líquido. Tal fato, ocorre principalmente em bancos com um volume de carteira de crédito menos expressivo, os quais estão mais vulneráveis a sofrer prejuízos no momento de inadimplência de uma operação de crédito. O atraso de um empréstimo com valor mais significativo irá agravar o risco da operação, resultando em um fluxo de despesa com PECLD, que pode até

mesmo ser superior aos lucros obtidos, conseqüentemente acarretando prejuízos para a IF.

Por fim, é notável a relevância da análise da PECLD como um indicador da qualidade da carteira de crédito de IF. Podendo ser objeto de um amplo campo de estudo, e que atualmente carece de análises mais profundas e sólidas. Como sugestão de continuidade deste trabalho sugere-se algumas linhas de pesquisa que seriam capazes de fortalecer o arcabouço teórico e a mensuração do impacto da PECLD nas IFs: Estudar as principais IFs do mundo e verificar se a relação entre a variação da PECLD com a variação dos fatores macroeconômicos de cada País; verificar se empresas que entram em recuperação judicial no Brasil afetam de forma significativa a PECLD.

REFERÊNCIAS

ARONOVICH, Selmo. Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o spread bancário. **Revista Brasileira de Economia**, v. 48, n. 1, p. 125-140, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/600/7948>. Acesso em: 21 abr. 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>>. Acesso em 23 abr. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular n. 1273, de 29 de Dezembro de 1987. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_vl_o.pdf>. Acesso em 01 jun 2017.

BEUREN, Ilse Maria (Coord.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. 3 ed. 2006. 5 reimpressão 2010. São Paulo: Atlas, 2010.

BM&FBOVESPA. Empresas Listadas. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em 03 ago 2017

BM&FBOVESPA. Segmentos de Listagem. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/>.

BRASIL, Lei n.4.595 de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm>. Acesso em: 01 jun 2017.

BRASIL. Lei n.6.404.1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em 01 jun 2017.

BRITO, Giovani Antonio Silva; ASSAF NETO, Alexandre; CORRAR, Luiz João. Sistema de classificação de risco de crédito: uma aplicação a companhias abertas no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças, Usp**, São Paulo, v. 20, n. 51, p.28-43, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34299/37031>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CANECA, ROBERTA LIRA.. **Ciclos Econômicos e Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa nos Bancos Brasileiros**. Doutorado em Ciências Contábeis, Unb/UFPB/UFRN, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22028/1/2015_RobertaLiraCaneca.pdf>. Acesso em: 27 fev 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução 774, de 16 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_774.pdf>. Acesso em: 23 jun 2017.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Resolução 2.682, de 21 de Dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **Banco Central do Brasil**, Brasília, 21 dez. 1999.

DA SILVA, Anderson José. **Análise do risco de crédito das principais instituições financeiras que atuam no Brasil em relação a fatores econômicos do país**. Dissertação Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais, PUC, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19752/2/Anderson%20Jos%c3%a9%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 19 jul 2017.

DE NEZ, Evandro et al. Utilização da PDD para Gerenciamento de Resultados em Empresas Listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 11, n. 2, p. 63-81, 2017.

FERNANDES, D.T.M. *et al.* **Os impactos da Resolução 2.682 e dos Programas de Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional no Nível de Provisionamento da Carteira de Crédito do Setor Bancário**. Revista Contabilidade e Finanças, USP, v.19, n.47, Maio/Agosto. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n47a05.pdf>>. Acesso em 22 jul 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação Contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. 2003. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Controladoria e Contabilidade, USP, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08122003-122400/en.php>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica-5**. Amgh Editora, 2011.

GUJARATI, Damodar. **Econometria Básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 812 p. Tradução da 4ª Edição.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010. 794p.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; KELLY, Vera Lúcia de Aguiar. Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 82-96, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/29260>>. Acesso em 18 jan 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 5. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2010. 312p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 269 p.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 3. Ed, 3 reimpressão, São Paulo, Atlas, 2007.

MARTINS, José Geraldo et al. **Análise econômico-financeira de instituições financeiras: um estudo comparativo aplicado aos bancos comerciais e múltiplos do Sistema Financeiro Nacional**. 2007. Disponível em:<<https://tede.pucsp.br/handle/handle/1660>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. **Estatística geral e aplicada**. 4. ed. São Paulo. Editora Atlas SA, 2011.

MOREIRA, Claudio Filgueiras Pacheco. **Manual de Contabilidade Bancária**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006. 412 p.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa de bancos e demais instituições financeiras – principais alterações introduzidas pelo Conselho Monetário Nacional e o efeito nas demonstrações contábeis**. UFRGS, Porto Alegre, 2001. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/necon/pclld.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 3 ed. 2 reimpressão. São Paulo, Atlas, 2006.

NUNES, Paulo Vitor Moreira. **Impairment e PCLD de ativos financeiros - o impacto institucional do IFRS**. 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013. Disponível em:<<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 23 jul 2017.

SILVA, Jessica Marques de Brito. **Impactos dos modelos de perda esperada e de perda incorrida nas carteiras de crédito dos bancos brasileiros**. 2013. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, UNB, Brasília, 2016.

SILVEIRA, Grace Mello. **Critérios de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa para Instituições Financeiras**. 2010. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Ufrgs, Porto Alegre, 2010. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27220>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. Atlas, 2005.

APÊNDICE A

Dados coletados: Lucro Líquido

LL	Bradesco	Brasil	Banrisul	Indusval	ABC Brasil	Pan	Pine	Itau Unibanco	Parana
1 2010	2.102.706,00	2.350.852,00	121.868,00	7.345,00	46.934,00	44.164,00	30.148,00	3.234.190,00	22.360,00
2 2010	2.405.318,00	2.725.404,00	183.131,00	8.263,00	50.170,00	20.930,00	35.628,00	3.164.952,00	31.836,00
3 2010	2.526.904,00	2.624.763,00	206.385,00	7.508,00	51.115,00		37.596,00	3.034.019,00	29.479,00
4 2010	3.993.338,00	4.002.166,00	229.858,00	5.893,00	54.005,00		14.898,00	3.889.802,00	33.739,00
1 2011	2.702.039,00	2.932.363,00	211.319,00	-54.464,00	-17.616,00	76.164,00	31.450,00	3.530.301,00	33.541,00
2 2011	2.785.389,00	3.357.352,00	227.179,00	5.053,00	60.225,00	-25.540,00	36.084,00	3.602.207,00	266.467,00
3 2011	2.815.155,00	2.917.937,00	239.183,00	7.344,00	58.528,00	2.840,00	38.061,00	3.807.373,00	24.616,00
4 2011	2.771.000,00	2.918.338,00	226.668,00	10.322,00	60.604,00	13.579,00	55.919,00	3.680.740,00	34.850,00
1 2012	2.792.536,00	2.502.236,00	214.421,00	5.045,00	56.876,00	2.893,00	46.560,00	3.425.693,00	37.033,00
2 2012	2.832.968,00	3.007.880,00	205.170,00	2.418,00	55.048,00	-262.475,00	45.510,00	3.304.162,00	28.750,00
3 2012	2.862.377,00	2.727.629,00	207.530,00	3.131,00	55.114,00	-197.974,00	47.224,00	3.372.290,00	38.984,00
4 2012	2.893.363,00	3.967.375,00	191.469,00	3.625,00	59.581,00	-38.405,00	48.159,00	3.491.793,00	91.924,00
1 2013	2.919.119,00	2.557.011,00	204.693,00	-91.385,00	60.057,00	39.007,00	45.555,00	3.472.439,00	39.517,00
2 2013	2.948.719,00	7.471.783,00	214.993,00	-20.685,00	64.710,00	12.746,00	38.661,00	3.582.899,00	32.080,00
3 2013	3.063.990,00	2.703.719,00	182.966,00	2.036,00	67.329,00	-20.534,00	40.243,00	3.994.600,00	31.540,00
4 2013	3.199.000,00	3.025.424,00	188.962,00	-9.984,00	76.167,00	-131.193,00	37.137,00	4.645.810,00	29.409,00
1 2014	3.443.176,00	2.677.598,00	77.768,00	-9.829,00	72.137,00	-78.632,00	35.007,00	4.419.079,00	34.016,00
2 2014	3.777.754,00	2.828.576,00	150.112,00	-131.595,00	78.337,00	-70.355,00	35.461,00	4.898.849,00	40.743,00
3 2014	3.874.606,00	2.780.396,00	215.342,00	1.723,00	77.946,00	-69.654,00	18.617,00	5.403.790,00	28.496,00
4 2014	3.993.282,00	2.959.244,00	248.194,00	134.546,00	82.227,00	226.464,00	5.222,00	5.519.846,00	26.054,00

1 2015	4.243.986,00	5.818.350,00	147.032,00	-6.691,00	80.255,00	-73.518,00	10.060,00	5.732.953,00	39.185,00
2 2015	4.473.368,00	3.007.558,00	192.899,00	-134.733,00	90.101,00	3.599,00	10.113,00	5.983.935,00	24.153,00
3 2015	4.119.622,00	3.062.141,00	359.331,00	-11.762,00	95.041,00	96.544,00	10.363,00	5.944.945,00	36.507,00
4 2015	4.352.659,00	2.511.510,00	149.508,00	-17.415,00	105.514,00	-18.573,00	10.490,00	5.698.001,00	42.062,00
1 2016	4.121.411,00	2.359.051,00	188.077,00	-23.500,00	91.149,00	-96.102,00	8.299,00	5.183.645,00	30.945,00
2 2016	4.133.898,00	2.465.048,00	201.546,00	-19.846,00	104.096,00	-128.366,00	-6.940,00	5.518.457,00	33.041,00
3 2016	3.236.523,00	2.246.177,00	105.020,00	-28.149,00	102.787,00	-12.966,00	-6.603,00	5.394.496,00	20.266,00
4 2016	3.591.746,00	963.280,00	165.046,00	-28.911,00	108.525,00	196,00	-9.057,00	5.542.527,00	48.019,00

Dados Coletados: PECLD DRE

PECLD DRE	Bradesco	Brasil	Banrisul	Indusval	ABC Brasil	Pan	Pine	Itau Unibanco	Parana	TOTAL
1 2010	2.159.287,00	2.959.193,00	153.474,00	11.452,00	13.796,00	182.991,00	1.300,00	2.976.203,00	12.451,00	8.470.147,00
2 2010	2.318.996,00	2.525.013,00	127.071,00	12.662,00	9.124,00	251.721,00	9.176,00	3.003.700,00	11.733,00	8.269.196,00
3 2010	2.259.680,00	2.648.173,00	111.194,00	11.383,00	9.042,00		13.479,00	2.895.977,00	13.925,00	7.962.853,00
4 2010	2.299.160,00	2.111.661,00	126.583,00	13.511,00	12.617,00		53.507,00	1.035.475,00	1.284,00	5.653.798,00
1 2011	2.534.045,00	2.630.571,00	138.455,00	101.649,00	12.323,00	272.670,00	14.729,00	3.172.915,00	11.155,00	8.888.512,00
2 2011	2.685.136,00	2.847.924,00	143.081,00	1.529,00	1.703,00	226.566,00	11.565,00	3.714.650,00	17.447,00	9.649.601,00
3 2011	5.219.181,00	3.285.108,00	182.299,00	13.779,00	23.645,00	447.851,00	12.359,00	3.656.566,00	13.377,00	12.854.165,00
4 2011	2.957.792,00	3.211.488,00	165.675,00	1.148,00	14.051,00	309.040,00	50.072,00	3.879.623,00	18.857,00	10.607.746,00
1 2012	3.298.274,00	3.440.113,00	167.117,00	14.398,00	24.230,00	341.100,00	10.662,00	4.839.039,00	17.749,00	12.152.682,00
2 2012	3.650.406,00	3.494.096,00	218.765,00	22.597,00	28.061,00	441.341,00	29.899,00	4.862.430,00	17.037,00	12.764.632,00
3 2012	3.551.857,00	3.615.027,00	273.289,00	11.882,00	32.975,00	426.945,00	31.125,00	4.780.563,00	16.037,00	12.739.700,00
4 2012	3.432.286,00	3.322.632,00	193.274,00	7.855,00	25.856,00	339.523,00	11.619,00	4.879.892,00	16.759,00	12.229.696,00
1 2013	3.475.063,00	3.227.998,00	196.426,00	133.384,00	17.140,00	307.746,00	12.967,00	3.859.333,00	19.770,00	11.249.827,00
2 2013	3.607.925,00	4.297.128,00	152.845,00	145,00	30.721,00	225.369,00	29.440,00	3.644.762,00	21.191,00	12.009.526,00
3 2013	3.260.376,00	3.874.931,00	166.195,00	6.670,00	18.773,00	225.635,00	34.472,00	3.235.657,00	21.025,00	10.843.734,00
4 2013	3.137.266,00	4.676.292,00	145.481,00	16.009,00	26.119,00	778.872,00	24.189,00	2.855.000,00	18.806,00	11.678.034,00
1 2014	3.251.299,00	4.407.467,00	196.396,00	9.163,00	25.768,00	236.039,00	12.428,00	3.147.995,00	17.945,00	11.304.500,00
2 2014	3.644.559,00	4.759.174,00	141.471,00	-5.848,00	15.008,00	251.514,00	13.797,00	3.227.041,00	21.671,00	12.068.387,00
3 2014	3.775.000,00	4.728.248,00	209.312,00	-7.298,00	16.249,00	229.584,00	22.089,00	3.497.323,00	18.522,00	12.489.029,00
4 2014	3.780.336,00	5.254.563,00	237.063,00	-5.670,00	43.286,00	236.584,00	9.541,00	4.330.647,00	20.828,00	13.907.178,00
1 2015	3.853.063,00	5.948.932,00	404.620,00	-4.822,00	42.221,00	251.802,00	55.362,00	4.419.393,00	21.721,00	14.992.292,00
2 2015	4.126.239,00	4.929.757,00	305.805,00	133.659,00	37.824,00	273.488,00	-24.345,00	4.361.243,00	37.161,00	14.180.831,00
3 2015	7.943.998,00	8.276.905,00	414.118,00	66.473,00	88.900,00	322.962,00	55.674,00	9.262.343,00	31.806,00	26.463.179,00
4 2015	4.688.191,00	6.620.041,00	426.888,00	-7.105,00	49.648,00	176.646,00	26.155,00	4.384.040,00	40.125,00	16.404.629,00

1 2016	5.883.595,00	7.217.029,00	425.383,00	18.838,00	49.813,00	296.031,00	26.429,00	6.364.214,00	35.654,00	20.316.986,00
2 2016	4.615.888,00	6.970.408,00	308.968,00	46.563,00	54.272,00	270.573,00	33.208,00	5.151.102,00	40.882,00	17.491.864,00
3 2016	7.468.222,00	6.540.456,00	530.674,00	26.570,00	50.186,00	246.257,00	17.118,00	5.181.783,00	47.010,00	20.108.276,00
4 2016	6.198.659,00	7.921.862,00	286.406,00	10.716,00	55.430,00	305.567,00	-45.211,00	4.885.338,00	65.712,00	19.684.479,00

Dados coletados: Receita

Receita	Bradesco	Brasil	Banrisul	Indusval	ABC Brasil	Pan	Pine	Itau Unibanco	Parana
1 2010	15.490.486,00	18.812.655,00	1.067.817,00	114.386,00	207.607,00	819.590,00	228.994,00	18.190.098,00	90.574,00
2 2010	16.380.239,00	19.752.710,00	1.165.414,00	110.359,00	254.130,00	819.625,00	283.909,00	21.737.068,00	98.905,00
3 2010	18.731.714,00	21.166.154,00	1.298.208,00	112.348,00	223.616,00		224.315,00	17.948.597,00	113.697,00
4 2010	20.057.822,00	21.954.247,00	1.310.388,00	116.681,00	241.768,00		317.588,00	21.751.159,00	117.314,00
1 2011	20.919.615,00	23.072.560,00	1.299.888,00	118.123,00	250.661,00	1.147.822,00	267.963,00	22.361.060,00	121.992,00
2 2011	21.210.823,00	25.030.239,00	1.436.502,00	127.005,00	269.744,00	659.621,00	330.920,00	23.448.881,00	129.554,00
3 2011	25.326.959,00	29.520.487,00	1.668.868,00	212.636,00	415.557,00	1.065.565,00	1.131.915,00	29.343.852,00	135.330,00
4 2011	23.524.165,00	25.706.345,00	1.541.473,00	173.894,00	277.574,00	388.787,00	-330.226,00	26.212.652,00	149.296,00
1 2012	24.146.477,00	26.055.252,00	1.551.259,00	161.023,00	316.009,00	871.734,00	281.105,00	26.035.514,00	160.952,00
2 2012	23.807.426,00	27.829.630,00	1.984.592,00	221.968,00	343.250,00	809.526,00	438.390,00	26.084.623,00	143.588,00
3 2012	25.956.186,00	27.436.810,00	1.380.613,00	130.375,00	353.115,00	848.541,00	265.210,00	24.214.039,00	159.481,00
4 2012	22.754.277,00	25.829.150,00	1.429.929,00	126.667,00	320.237,00	1.079.297,00	251.896,00	23.544.222,00	174.009,00
1 2013	21.209.340,00	24.155.260,00	1.387.778,00	86.834,00	256.450,00	1.005.878,00	232.789,00	20.329.861,00	161.539,00
2 2013	23.155.110,00	27.920.783,00	1.705.979,00	93.769,00	471.171,00	1.264.911,00	341.203,00	22.558.931,00	158.271,00
3 2013	25.116.565,00	31.048.413,00	1.711.078,00	124.383,00	348.451,00	1.098.432,00	297.951,00	24.740.498,00	185.445,00
4 2013	18.680.061,00	32.212.639,00	1.767.692,00	154.893,00	474.275,00	3.436.901,00	309.976,00	6.192.097,00	194.112,00
1 2014	25.599.441,00	32.015.996,00	1.758.890,00	128.915,00	324.617,00	1.066.847,00	263.216,00	26.169.090,00	198.855,00
2 2014	27.806.362,00	33.552.531,00	1.821.387,00	151.728,00	366.320,00	1.194.682,00	262.893,00	28.910.518,00	227.132,00
3 2014	28.447.992,00	40.372.940,00	2.285.761,00	166.823,00	659.593,00	1.293.261,00	432.706,00	34.452.345,00	251.492,00
4 2014	31.025.858,00	29.883.418,00	2.330.619,00	192.077,00	687.092,00	1.602.105,00	391.512,00	35.491.863,00	257.526,00
1 2015	33.687.742,00	50.422.332,00	2.929.301,00	177.934,00	1.179.146,00	2.028.121,00	598.378,00	42.453.676,00	246.810,00
2 2015	33.706.499,00	38.894.865,00	2.104.329,00	95.980,00	400.245,00	1.682.670,00	190.049,00	34.413.370,00	261.740,00
3 2015	35.667.643,00	63.009.045,00	3.168.639,00	201.029,00	1.626.878,00	2.244.999,00	702.867,00	49.026.951,00	280.035,00
4 2015	30.126.367,00	29.005.936,00	2.602.075,00	123.445,00	526.454,00	1.743.409,00	229.668,00	37.700.129,00	293.458,00

1 2016	37.541.259,00	34.245.206,00	2.598.888,00	119.559,00	353.955,00	1.357.731,00	131.994,00	37.870.960,00	292.791,00
2 2016	38.660.098,00	38.142.616,00	2.459.890,00	152.520,00	297.996,00	1.329.514,00	92.046,00	36.493.099,00	304.555,00
3 2016	44.505.317,00	46.705.020,00	2.902.260,00	109.194,00	700.031,00	1.930.227,00	238.800,00	43.895.494,00	298.361,00
4 2016	41.497.179,00	48.212.236,00	2.707.379,00	147.652,00	664.776,00	1.939.277,00	211.403,00	41.953.078,00	287.179,00

Dados Coletados: PECLD Patrimonial

PECLD BP	Bradesco	Brasil	Banrisul	Indusval	ABC Brasil	Pan	Pine	Itau Unibanco	Parana
1 2010	13.412.881,00	17.404.922,00	1.030.176,00	99.505,00	97.812,00	371.896,00	66.725,00	22.871.513,00	57.769,00
2 2010	13.430.380,00	17.097.416,00	1.054.748,00	99.867,00	93.672,00	474.517,00	61.630,00	22.622.576,00	56.737,00
3 2010	13.726.519,00	17.137.026,00	1.083.670,00	105.027,00	97.819,00		75.000,00	23.018.323,00	59.660,00
4 2010	14.202.015,00	16.433.381,00	1.124.362,00	114.131,00	100.651,00		90.896,00	22.018.218,00	50.714,00
1 2011	14.772.754,00	16.140.299,00	1.102.270,00	192.348,00	101.998,00	787.306,00	124.154,00	22.239.181,00	51.198,00
2 2011	15.454.825,00	16.892.279,00	1.167.933,00	183.220,00	91.939,00	813.912,00	123.051,00	23.774.575,00	57.091,00
3 2011	17.405.633,00	17.816.132,00	1.233.806,00	161.295,00	111.187,00	909.868,00	142.232,00	24.718.528,00	59.983,00
4 2011	17.802.829,00	18.221.987,00	1.273.859,00	135.531,00	114.122,00	998.079,00	159.609,00	25.771.727,00	64.973,00
1 2012	18.477.754,00	18.790.148,00	1.334.034,00	91.232,00	127.756,00	1.102.295,00	183.955,00	25.951.462,00	68.829,00
2 2012	19.082.534,00	19.579.005,00	1.398.719,00	97.111,00	142.667,00	1.281.613,00	203.448,00	27.056.087,00	70.375,00
3 2012	19.361.559,00	20.583.149,00	1.492.411,00	92.859,00	152.867,00	1.374.553,00	191.375,00	27.682.427,00	70.294,00
4 2012	19.712.016,00	20.521.819,00	1.498.428,00	82.855,00	163.580,00	1.437.772,00	183.955,00	27.744.938,00	72.643,00
1 2013	19.886.578,00	20.738.839,00	1.542.560,00	209.367,00	142.109,00	1.498.872,00	190.782,00	27.188.194,00	79.535,00
2 2013	19.982.949,00	20.936.227,00	1.496.701,00	200.429,00	154.153,00	1.358.776,00	193.533,00	26.399.090,00	81.145,00
3 2013	20.068.544,00	21.408.730,00	1.516.816,00	197.380,00	156.167,00	1.345.176,00	177.370,00	25.652.543,00	84.560,00
4 2013	20.060.965,00	22.651.975,00	1.490.020,00	207.815,00	173.664,00	1.296.301,00	173.442,00	26.371.185,00	86.030,00
1 2014	19.812.366,00	23.072.991,00	1.503.208,00	100.332,00	170.231,00	907.787,00	175.212,00	25.042.357,00	84.000,00
2 2014	20.237.389,00	23.711.084,00	1.526.856,00	112.692,00	167.077,00	907.883,00	143.855,00	24.546.541,00	86.578,00
3 2014	21.128.353,00	24.673.526,00	1.626.861,00	73.502,00	166.881,00	885.582,00	115.969,00	25.257.844,00	80.413,00
4 2014	21.574.359,00	24.454.860,00	1.609.548,00	89.777,00	202.084,00	872.533,00	171.214,00	26.947.986,00	78.935,00
1 2015	21.884.838,00	27.725.380,00	1.753.617,00	64.329,00	255.081,00	896.086,00	171.214,00	28.353.863,00	85.285,00
2 2015	22.186.012,00	28.240.590,00	1.853.738,00	156.163,00	273.961,00	903.962,00	194.220,00	28.131.431,00	105.284,00
3 2015	26.684.413,00	32.666.618,00	2.047.466,00	53.908,00	219.992,00	1.035.320,00	166.661,00	18.417.350,00	96.377,00
4 2015	27.367.643,00	32.489.941,00	2.085.745,00	89.234,00	255.006,00	975.805,00	161.143,00	34.078.208,00	110.974,00

1 2016	28.314.469,00	34.224.106,00	2.214.393,00	91.986,00	286.176,00	1.060.267,00	182.900,00	36.035.722,00	123.478,00
2 2016	28.564.428,00	35.783.402,00	2.152.484,00	99.735,00	314.417,00	1.130.227,00	218.844,00	38.469.518,00	125.600,00
3 2016	35.748.921,00	36.571.469,00	2.409.308,00	45.574,00	284.715,00	1.112.276,00	218.939,00	39.102.884,00	152.378,00
4 2016	34.212.090,00	34.838.451,00	2.510.678,00	40.488,00	315.369,00	1.157.383,00	207.185,00	37.431.102,00	190.635,00

Dados Coletados: Carteira de Crédito

Crédito Total	Bradesco	Brasil	Banrisul	Indusval	ABC Brasil	Pan	Pine	Itau Unibanco	Parana
1 2010	147.827.740,00	267.317.178,00	13.215.871,00	1.311.789,00	5.662.733,00	5.639.048,00	3.995.783,00	250.362.861,00	1.338.195,00
2 2010	158.867.396,00	289.075.118,00	13.854.645,00	1.339.794,00	6.339.118,00	5.861.237,00	3.561.669,00	261.656.531,00	1.431.391,00
3 2010	168.721.564,00	300.919.423,00	14.600.040,00	1.385.911,00	6.684.004,00		4.582.521,00	277.174.746,00	1.517.949,00
4 2010	182.964.956,00	317.726.499,00	15.478.892,00	1.538.528,00	7.141.258,00		4.388.736,00	295.052.844,00	1.551.918,00
1 2011	192.622.082,00	325.681.935,00	16.305.170,00	1.519.690,00	6.980.035,00	5.163.513,00	4.709.185,00	303.656.134,00	1.625.869,00
2 2011	202.687.773,00	342.481.237,00	17.034.792,00	1.617.958,00	6.903.864,00	5.648.385,00	4.276.212,00	316.963.609,00	1.753.074,00
3 2011	211.864.495,00	359.094.711,00	17.824.354,00	1.655.159,00	7.228.345,00	6.474.525,00	4.971.564,00	335.278.686,00	1.837.501,00
4 2011	219.365.050,00	379.045.045,00	18.477.683,00	1.904.300,00	7.239.970,00	7.476.590,00	4.398.977,00	345.482.782,00	1.894.827,00
1 2012	221.209.424,00	384.833.265,00	19.320.061,00	1.941.881,00	7.261.973,00	7.092.910,00	4.342.882,00	347.368.798,00	2.076.136,00
2 2012	229.571.240,00	409.325.013,00	20.434.881,00	1.957.120,00	7.748.069,00	7.913.889,00	4.445.048,00	356.788.604,00	2.237.195,00
3 2012	234.655.237,00	427.029.922,00	28.786.294,00	2.110.824,00	7.652.546,00	10.560.424,00	4.080.305,00	359.810.292,00	2.295.537,00
4 2012	240.202.970,00	469.712.686,00	19.637.492,00	2.271.949,00	7.688.659,00	11.365.168,00	4.342.882,00	366.284.939,00	2.395.119,00
1 2013	248.855.433,00	479.621.194,00	20.990.492,00	2.189.051,00	7.707.685,00	11.848.401,00	4.419.119,00	371.348.016,00	2.506.528,00
2 2013	255.343.143,00	515.402.965,00	22.241.427,00	2.215.214,00	7.974.404,00	12.806.485,00	4.678.542,00	379.213.493,00	2.615.888,00
3 2013	260.753.557,00	526.080.910,00	23.147.301,00	2.097.599,00	8.056.156,00	13.177.896,00	5.137.115,00	387.039.614,00	2.724.475,00
4 2013	260.045.462,00	560.203.141,00	22.085.446,00	2.671.221,00	9.147.274,00	13.991.003,00	5.675.222,00	412.234.993,00	2.894.405,00
1 2014	276.831.815,00	570.565.208,00	24.637.742,00	2.203.468,00	9.210.362,00	14.772.887,00	5.488.494,00	408.291.328,00	3.069.418,00
2 2014	277.069.342,00	585.824.016,00	25.488.457,00	2.375.965,00	9.367.240,00	14.751.503,00	5.682.721,00	414.928.023,00	3.226.985,00
3 2014	283.527.616,00	598.022.445,00	26.469.483,00	2.192.575,00	9.660.120,00	15.238.543,00	5.149.055,00	428.831.659,00	3.332.679,00
4 2014	292.339.759,00	536.113.178,00	27.068.791,00	2.336.470,00	10.361.190,00	16.247.896,00	5.622.558,00	451.760.330,00	3.619.672,00
1 2015	298.578.889,00	641.520.218,00	27.468.581,00	2.109.643,00	10.831.735,00	16.703.336,00	5.612.558,00	468.105.052,00	3.717.614,00
2 2015	300.358.529,00	630.787.676,00	27.425.733,00	1.822.925,00	10.955.230,00	17.033.409,00	4.739.343,00	457.463.240,00	3.749.958,00
3 2015	306.585.948,00	647.897.904,00	27.577.101,00	1.310.466,00	11.498.719,00	16.602.623,00	4.267.187,00	477.198.494,00	3.856.997,00
4 2015	303.056.391,00	627.877.787,00	28.234.757,00	1.217.370,00	10.868.806,00	16.157.218,00	3.575.377,00	473.829.499,00	3.937.496,00

1 2016	288.785.831,00	794.044.220,00	27.593.602,00	1.049.378,00	10.386.643,00	16.229.933,00	3.533.898,00	445.466.506,00	3.922.265,00
2 2016	277.464.626,00	597.578.161,00	25.697.164,00	1.082.748,00	9.649.620,00	17.159.554,00	3.344.604,00	497.958.595,00	3.825.270,00
3 2016	317.536.412,00	582.450.257,00	25.121.263,00	869.083,00	9.839.811,00	17.690.909,00	3.251.483,00	495.327.301,00	3.850.052,00
4 2016	10.045.590,00	564.923.340,00	24.639.338,00	1.016.976,00	10.467.838,00	18.010.988,00	1.803.383,00	491.224.977,00	3.795.536,00